

Clipping **TJES**

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

31 a 2 de agosto de 2019

LANÇAMENTO DO MUTIRÃO CARCERÁRIO ELETRÔNICO SERÁ NESTA SEGUNDA-FEIRA, 02 (Notícias)

Da Redação Do Jornal A Ilha

A partir desta segunda-feira (02/09), o Espírito Santo recebe a primeira experiência de Mutirão Carcerário Eletrônico do país, uma iniciativa do **Conselho Nacional de Justiça (CNJ)**, em parceria com o **Tribunal de Justiça do Espírito Santo**, o Poder Executivo e diversos outros atores do Sistema de Justiça, para promover a revisão concentrada de processos de execução penal do estado. A cerimônia de lançamento acontece às 10h, no auditório da Corregedoria Geral da Justiça (CGJ-ES).

Ao longo de duas semanas, o mutirão vai unir esforços de profissionais locais e de equipes de outras partes do País, que aplicarão novos fluxos e tecnologia, na tentativa de revisar aproximadamente 8 mil processos de presos já sentenciados, ou seja, um quarto do total de processos de execução penal do estado.

O novo formato do mutirão é uma das ações do programa Justiça Presente, do **CNJ**, em parceria com PNUD, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Uma das principais apostas da metodologia é o uso do Sistema Eletrônico de Execução Unificada (SEEU) do **CNJ**, já implantado pelo **TJES** e que levou o estado a ser o primeiro a realizar o mutirão. A plataforma digital unifica e otimiza o controle da execução penal e permite uma análise mais qualificada dos processos.

"A partir do momento em que o **Poder Judiciário** do ES se dispôs a implementar o SEEU, ele se credenciou para esse mutirão, que busca otimizar resultados e trazer respostas mais rápidas a sociedade capixaba, no que diz respeito à resolução de processos", enfatizou o supervisor das **Varas Criminais** e de Execuções Penais do **TJES**, desembargador Fernando Zardini.

Para dar ainda mais celeridade às análises dos processos durante o mutirão, haverá o apoio da **Defensoria Pública** do Espírito Santo e de 60 defensores de outros estados, que fazem parte do programa Defensoria sem Fronteiras. As equipes ficarão acomodadas em estações de trabalho montadas nos laboratórios de informática da

Universidade de Vila Velha (UVV) e da Faculdade Novo Milênio.

De acordo com a coordenadora das **Varas Criminais** e de Execuções Penais, juíza Gisele Souza de Oliveira, o principal objetivo é analisar situações de progressão de regime, quando se perceber que há o cumprimento dos requisitos estabelecidos pela legislação. "E também a possibilidade de colocação de tornozeleira eletrônica em pessoas que cumprem pena no regime semiaberto, visando equilibrar a distribuição do espaço prisional, considerando a atual superlotação no estado. Portanto, o diferencial desse mutirão é exatamente estar baseado em teses que foram previamente discutidas com todos os atores envolvidos, e que já estão pacificadas pelo **STJ** e **STF**", ressalta a juíza.

Para evitar casos de reincidência e contribuir para a efetiva reinserção social, o mutirão vai realizar um atendimento qualificado às pessoas que deixarem a prisão. Uma equipe de psicólogos e assistentes sociais será mobilizada pelo Programa de Voluntários da ONU (UNV) para apoiar o Executivo em atendimentos realizados nas unidades prisionais e no **Escritório Social**.

Informações à Imprensa

Assessoria de Imprensa e Comunicação Social do **TJES**

Texto: Agência **CNJ** de Notícias - Andréa Resende

Site: <http://jornalilha.com.br/2019/09/02/lancamento-do-mutirao-carcerario-eletronico-sera-nesta-segunda-feira-02.html>

Defensores públicos vão analisar mais de 8 mil processos de presos no ES

TAG: PROCESSO ELETRÔNICO, MUTIRÃO, SISTEMA PENITENCIÁRIO DO ESPÍRITO SANTO, GOVERNO DO ESPÍRITO SANTO, DEFENSORIA PÚBLICA DO ESPÍRITO SANTO, TORNOZELEIRA ELETRÔNICA, POPULAÇÃO CARCERARIA, TRÁFICO DE DROGAS, CRÍMES, **AUDIÊNCIA DE CUSTÓDIA**, CONCELHO NACIONAL DE JUSTIÇA,

Multimídia:

<http://midia.smi.srv.br/video/2019/09/02/TVGAZETAAFGL>

OBOES-06.10.30-06.18.16-1567417211.mp4

Mutirão Carcerário Eletrônico contará com 67 defensores: 12 capixabas

Durante duas semanas, o Espírito Santo realizará o 1º Mutirão Carcerário Eletrônico, realizado pelo **Conselho Nacional de Justiça (CNJ)**. A ação contará com 12 defensores públicos do Espírito Santo e 55 defensores públicos de 25 unidades da federação.

Com início para esta segunda-feira (2), a atuação se estenderá até o dia 13 de setembro, uma sexta-feira, de acordo com a confirmação do **Poder Judiciário (TJES)**, nesta quinta-feira (22).

Durante as duas semanas os mais de 60 defensores irão analisar cerca de dez mil processos no Sistema Eletrônico de Execução Unificada (SEEU), e peticionar nos processos que tramitam junto aos magistrados do Tribunal de Justiça do Espírito Santo (**TJES**).

A Defensoria sem Fronteiras é um programa permanente do Colégio Nacional de Defensores Públicos Gerais (Condege), para o desenvolvimento de esforços conjuntos, intercâmbio de informações e experiências entre a **Defensoria Pública** de cada unidade da Federação.

Além da análise dos processos eletrônicos, os defensores públicos também comparecerão à Penitenciária Feminina e à Penitenciária Semiaberta, ambas em Cariacica, para prestar assistência aos internos que cumprem pena nas unidades.

Com 35 unidades prisionais, com capacidade para 13.863 presos, a população carcerária do Espírito Santo atual é de 23.869, sendo 22.542 do sexo masculino e 1.327 do sexo feminino. Desse total, 15.164 são presos condenados e 8.663 provisórios.

Nos últimos cinco anos, o número de prisões no Espírito Santo disparou. A taxa de encarceramento saltou de 418 para 589 por 100 mil habitantes e a população carcerária cresceu 45%, chegando a 23,6 mil pessoas privadas de liberdade.

O número de vagas, no entanto, aumentou apenas 7%, e a ocupação hoje está em quase dois presos por vaga (171%). A superlotação é ainda mais crítica em unidades do semiaberto, onde filas para a progressão de regime criam tensões entre os internos e o Estado encontra dificuldades para oferecer estruturas básicas que permitam, por exemplo, que os presos trabalhem.

Fonte: ES HOJE

Continua depois da Publicidade:

Site: <https://bananalonline.com.br/mutirao-carcerario-eletronico-contara-com-67-defensores-12-capixabas/>

Presas provisórias com filhos poderão ser liberadas com mutirão eletrônico

Há uma nova esperança para mulheres presas provisórias em presídios capixabas que tenham filhos até 12 anos, estejam grávidas e/ou amamentando e que sejam responsáveis por crianças com deficiência. O primeiro mutirão eletrônico do País, que será realizado no Espírito Santo entre os dias 3 e 13 de setembro, pretende analisar a situação das detentas, de forma a cumprir a legislação em vigor, que determina a imediata conversão em prisão domiciliar.

A Justiça capixaba ainda não cumpriu, integralmente, a Lei Federal 10.269/2018, que instituiu obrigatoriamente a conversão. Além da legislação federal, promulgada em fevereiro deste ano, há mais de um ano (no dia 20 de fevereiro de 2018), o Supremo Tribunal Federal (**STF**) já havia determinado a medida por meio do julgamento favorável do Habeas Corpus Coletivo 143641, que vem, em alguns casos, sendo sumariamente ignorado pelo juízo capixaba de primeira instância e pelo próprio Tribunal de Justiça (**TJES**). Segundo a Lei Federal e o Habeas Corpus do **STF**, para ter acesso ao direito, as presas provisórias devem atender a alguns pré-requisitos, como não estarem sendo acusadas por crime com violência ou grave ameaça à pessoa ou contra seu filho ou dependente.

Relatório elaborado pela Coordenação de Direito Penal da **Defensoria Pública** do Espírito Santo (DPES), assinado pela coordenadora do setor, Sattva Batista Goltara, em 8 de março deste ano, Dia Internacional da Mulher, revelou que apenas 5% das presas havia tido a prisão substituída por prisão domiciliar, quando a estimativa é de que até 50% das presas provisórias atendam aos critérios para obtenção do referido direito.

De acordo com informações da DPES, além da análise dos processos eletrônicos, os defensores públicos também comparecerão à Penitenciária Feminina, em Cariacica, para prestar assistência às internas que cumprem pena nas unidades. Além dos 12 defensores públicos do Estado, 55 outros profissionais de 25 outros estados foram designados para, entre os dias 03 e 13 de setembro, analisar cerca de 10 mil processos no Sistema Eletrônico de Execução Unificada (SEEU), peticionando nos que tramitam junto aos magistrados do Tribunal de Justiça.

O lançamento do Mutirão Carcerário Eletrônico e do

programa Defensoria sem Fronteiras, do Colégio Nacional de Defensores Públicos Gerais para o desenvolvimento de esforços conjuntos, intercâmbio de informações e experiências entre a defensorias, ocorrerá, na próxima segunda-feira (02), às 10 horas, no auditório da Corregedoria Geral de Justiça, na Enseada do Suá, em Vitória. Todo o projeto está ocorrendo por meio de ações conjuntas entre a **Defensoria Pública** do Estado do Espírito Santo, a **Defensoria sem Fronteiras**, o **Conselho Nacional de Justiça (CNJ)** e a Coordenadoria das Varas de Execuções Penais do Estado.

Números

O Espírito Santo conta com 35 unidades prisionais, com capacidade para 13.863 presos. A população carcerária atual é de 23.869, sendo 22.542 do sexo masculino e 1.327 do sexo feminino. Desse total, 15.164 são presos condenados e 8.663 provisórios.

Nos últimos cinco anos, o número de prisões no Espírito Santo disparou. A taxa de encarceramento saltou de 418 para 589 por 100 mil habitantes e a população carcerária cresceu 45%, chegando a 23,6 mil pessoas privadas de liberdade.

O número de vagas, no entanto, aumentou apenas 7%, e a ocupação hoje está em quase dois presos por vaga (171%). A superlotação é ainda mais crítica em unidades do semiaberto, onde filas para a progressão de regime criam tensões entre os internos e o Estado encontra dificuldades para oferecer estruturas básicas que permitam, por exemplo, que os presos trabalhem.

Site:

<https://seculodiario.com.br/public/jornal/materia/presas-provisorias-com-filhos-poderao-ser-liberadas-com-mutirao-eletronico>

Vice-presidente aponta Estado Presente como exemplo para o Brasil

VITÓRIA – O governador Renato Casagrande apresentou o Programa Estado Presente em Defesa da Vida ao vice-presidente da República, o general Hamilton Mourão, durante reunião, no Palácio da Fonte Grande, em Vitória, na tarde desta quinta-feira (29). O programa é considerado referência para a elaboração do Plano Nacional de Enfrentamento à Criminalidade Violenta do Governo Federal e foi apontado pelo vice-presidente como exemplo para o Brasil.

Além de conhecer a concepção do Estado Presente, Mourão recebeu informações sobre os dados de criminalidade violenta, que apresentam redução em todo o território capixaba desde o início do ano de 2019, sendo os melhores números dos últimos 23 anos. A apresentação foi elaborada pelas equipes da Secretaria de Estado da Segurança Pública e Defesa Social (Sesp), coordenada pelo subsecretário de Estado de Gestão Estratégica, coronel Antônio Marcos de Souza Reis, e da Secretaria de Estado de Planejamento (SEP).

O vice-presidente elogiou o programa Estado Presente e deixou claro que a metodologia pode ser utilizada como modelo para todo o País.

“Casagrande me mostrou esse programa do governo do Estado que se chama Estado Presente, que nada mais é do que aquilo que a gente debate o tempo todo. É um trabalho de integração de todos os entes ligados à segurança pública, no uso correto das ferramentas de inteligência, para que se faça um mapeamento de onde são cometidos os crimes e a partir disso, para que o combate a esse flagelo que atinge o nosso País seja feito de forma organizada. O Espírito Santo, pela forma como vem conduzindo isso, é mais uma vez exemplo para o restante da federação”, elogiou o vice-presidente.

Mourão afirmou ainda que o



“Porque ele trabalha exatamente naquilo que nós consideramos fundamental. Primeiro lugar o uso de tecnologia e em segundo lugar, integração de todos os entes que combatem a criminalidade”, frisou o vice-presidente.

programa pode se tornar um exemplo para todo o País, “porque ele trabalha exatamente naquilo que nós consideramos fundamental. Primeiro lugar o uso de tecnologia e em segundo lugar, integração de todos os entes que combatem a criminalidade”, frisou o vice-presidente.

O governador destacou a importância do Programa Estado Presente, que virou referência para o Plano Nacional de Enfrentamento à Criminalidade Violenta do Governo Federal.

“O vice-presidente conheceu de perto nosso programa Estado Presente, que para nós é muito importante, pois o Governo Federal está vindo para cá utilizando nossa metodologia em Cariacica. Foi bom que ele tenha conhecido, pois queremos uma parceria no enfrentamento ao crime. Apresentamos, junto com a nossa equipe, a metodologia e os resultados e ele gostou muito do que viu. O nosso programa Estado Presente é referência nacional. Iniciamos em nosso primeiro mandato e obtivemos uma redução no número de crimes contra a vida. Retomamos o programa neste ano e estamos conquistando os menores números da série histórica. É o trabalho bem feito

tanto na atuação policial quanto na social”, apontou o governador.

Participaram do evento, além do governador e o vice-presidente, os secretários de Estado Tyago Hoffman (Governo), Álvaro Duboc (Planejamento), David Diniz (Casa Civil), Luiz Carlos Cruz (Sejus), Rodrigo de Paula (PGE), Darcy Arruda (PC), Coronel Cerqueira (BMES), Coronel Barreto (PMES), Gilmar Batista (Defensoria Pública), além de representantes do Ministério Público, Tribunal de Justiça, Polícia Rodoviária Federal (PRF), Polícia Federal (PF), Agência Brasileira de Inteligência (Abin), além de prefeitos de municípios do Espírito Santo.

REDUÇÃO DA CRIMINALIDADE

O Espírito Santo fechou o mês de julho com uma nova redução histórica no número de homicídios dolosos. Ao todo, foram 63 casos registrados em todo o Estado no período, sendo o segundo melhor resultado de todos os meses desde 1996. A estatística só não é melhor que a de junho desse ano, com 59. Foi o sétimo mês seguido de queda nos números. Os dados são da Secretaria de Estado da Segurança Pública e Defesa Social (Sesp).

No total, de janeiro a julho deste ano, foram registrados 561 assassinatos, uma redução de 19,6% em relação ao número de casos em 2018, quando foram registradas 676 vítimas. A região da Grande Vitória obteve grande destaque nessas estatísticas e fechou com o melhor mês em 23 anos. Ao todo, foram totalizados 29 homicídios, somando Vitória, Vila Velha, Cari-

acica, Serra, Viana e Guarapari.

O município de Cariacica, que chegou a apresentar aumento de 30% nos registros de crimes no início de 2019, após ações definidas nas diretrizes do programa Estado Presente em Defesa da Vida, passou a apresentar redução de 6% em julho, revertendo o quadro ruim do começo do ano. Foram 25 assassinatos nos últimos três meses. Somente em abril haviam sido 24 mortes.

Outras agendas

Pela manhã, o governador Renato Casagrande acompanhou o vice-presidente, General Hamilton Mourão, em visita ao Convento da Penha, em Vila Velha. O Frei Alessandro Dias acompanhou a visita.

Em seguida, o governador participou de um encontro de empresários realizado pelo Sindicato do Comércio de Exportação e Importação do Espírito Santo (Sindiox). Na ocasião, Renato Casagrande ressaltou a cultura de gestão fiscal nota A alcançada em seu primeiro mandato, ainda em 2012.

“Estamos em um Estado onde o comércio internacional é muito importante e será cada vez mais com base na nossa estratégia. Temos uma gestão muito bem organizada desde 2012, quando o Tesouro começou a conceder as notas. Em 2014, zeramos os precatórios e não precisamos reservar recursos da receita corrente líquida para esse tipo de pagamento. Temos apenas 20% da Receita Corrente Líquida de dívida. Além da cultura de gestão fiscal eficiente, este ano consolidamos outra inovação no Estado, que foi o Fundo Soberano, que já tem R\$ 75 milhões depositados”, detalhou Casagrande.

O governador ainda chamou a atenção para a importância dos investimentos federais no Espírito Santo. “Temos desafios e dependemos muito do Governo Federal. Para que possamos nos consolidar como um Estado eficiente e competitivo, é muito importante o investimento em infraestrutura. Temos no Estado importantes investimentos, como a BR-447, o Contorno do Mestre Álvaro e a já anunciada ferrovia que liga Cariacica até Anchieta, que, no futuro, esperamos que chegue até o Rio de Janeiro. Precisamos também da duplicação da BR 262”, apontou o governador, que ressaltou a crença na retomada do crescimento econômico do Brasil.

EXPEDIENTE

Diretor Geral: Wendel Nardoto - CRA-ES 8389
comercial@folhaacademica.com.br

Diagramação: Willian Karl
Departamento Comercial em São Mateus:
(27) 99900-2100

Redação, Administração: R. Gen. Osório, 194 - Sl. 101
bairro Sernamby - São Mateus - ES - Cep: 29.930-590
Teléfono / Redação: (27) 99900-2100

ANDRÉ DE ALBUQUERQUE GARCIA

É procurador do Estado, ex-secretário de Segurança Pública do ES e membro do Fórum Brasileiro de Segurança Pública

Prisão e violência

/// O controle adequado da população prisional diminui sua influência no cenário criminal extra muros

Embora, em matéria de segurança pública, a determinação de uma relação de causa e efeito seja, no mínimo, difícil de ser estabelecida, não há dúvidas que a primeira e inadiável condição para o êxito da política pública de contenção e controle da criminalidade passa pela organização de um sistema prisional moderno e seguro.

A não ser nos casos de uma informal e enganosa pax criminosa imposta pragmaticamente para manutenção dos negócios ilícitos, não há monitoramento de indicadores, metas e modernas técnicas de gestão que apresente resultados sustentáveis sem um sistema prisional confiável e controlado.

Basta lembrar das violentas rebeliões ocorridas nos últimos anos em diversos Estados da federação e dos atentados de 2012 aos membros das forças de segurança em São Paulo, para se ter uma ideia sobre o que pode acontecer, dentro e fora das prisões, quando não se faz o que deve ser feito.

O controle adequado da população prisional diminui sobremaneira sua influência no cenário criminal extra muros, permite um mapeamento e monitoramento das lideranças criminosas, previne rebeliões e ainda libera recursos operacionais para o trabalho nas ruas, em última instância, cria

condições para uma atuação eficiente dos órgãos de segurança.

Aliás, a experiência capixaba demonstra isso de forma cabal. Não por caso a série histórica de queda dos indicadores de homicídios começou logo após a consolidação do processo de reconstrução do sistema prisional capixaba.

De um cenário de quase inexistência de um sistema minimamente organizado e seguro, cujo ápice do descontrole foi atingido no início dos anos 2000, o Espírito Santo conseguiu, com enorme esforço do governo iniciado em 2003 e a colaboração de diversos atores, construir diversas unidades novas, seguras e modernas, que possibilitaram a virada estatística, iniciada em 2010 e até hoje em curso.

O Estado ainda seguiu inovando com o desenvolvimento de projetos e ações voltadas à assistência dos presos e a reintegração social de seus egressos. Pode-se citar, nesta perspectiva, por exemplo, a instalação, em abril de 2016, do primeiro escritório social do Brasil, que reúne, em um só espaço, serviços públicos de suporte aos egressos e seus familiares nas áreas de saúde, qualificação e encaminhamento profissional e outros atendimentos.

Com isso foram dadas as condições básicas para que fossem traçadas as linhas principais da política estadual de segurança pública que persiste até hoje em terras capixabas. Mas essa experiência de concepção de um modelo de gestão para segurança pública capixaba será relatada num próximo artigo.

Proteção da mulher: Vitória pioneira no uso do Botão de Pânico

Em comemoração aos 468 anos da cidade de Vitória, esta semana a rádio CBN Vitória apresenta com os seus comentaristas, temas que são destaque na capital capixaba. Vamos falar de iniciativas que nasceram na cidade ou que surgiram primeiro por aqui. E também vamos debater os desafios do município.

No quadro Questões de Família, o destaque é para o dispositivo de segurança que é utilizado por mulheres ameaçadas por seus ex-companheiros e que foi batizado de **Botão do Pânico**. A cidade de Vitória foi pioneira na oferta destes dispositivos, em 2013. Atualmente 14 mulheres usam o botão na cidade. Ouça detalhes de como funciona o sistema em uma entrevista com o Secretário municipal de Cidadania, Direitos Humanos e Trabalho, Bruno Toledo e o comentarista José Eduardo Coelho Dias.

Site:

https://www.gazetaonline.com.br/cbn_vitoria/comentaristas/questoes_de_familia/2019/09/protacao-da-mulher-vitoria-pioneira-no-uso-do-botao-de-panico-1014196698.html

Coluna do Pedro



E A PREVENÇÃO?

Pedro Valls Feu Rosa()*

Dia desses meditava sobre o quão importante é a prevenção - invariavelmente apresenta-se infinitamente mais barata e menos dolorosa que lidar com o problema que surgirá caso ela não seja adotada.

Curiosamente, no entanto, a humanidade quase sempre prefere tratar dos efeitos e relegar a um segundo plano a eliminação das causas. É assim que, em pleno século XXI, pensamente tratamos de muitas doenças que poderiam ser evitadas com saneamento básico. Ou transformamos nossas cidades em fortalezas medievais ao invés de discutirmos, cientificamente, sobre como evitar-se a formação de um criminoso.

Pensemos, agora, à luz desta verdade tão simples, sobre os suicídios. Eles ferem o indivíduo e a sociedade como um todo. Talvez sejam, arrisco dizer, o mal deste início de milênio. Paradoxalmente, no entanto, pouco fazemos para estudá-lo e preveni-lo!

Não se fale na necessária instalação de redes ou barreiras físicas em lugares altos - já estaremos, com elas, tratando dos efeitos, e de forma profundamente triste. Deveríamos ir além, estudando os diversos fatores que podem contribuir para um suicídio - e a partir deles buscarmos um mapeamento estatístico acurado deste quadro.

O problema é tão

complexo quanto sério. Na China e no Japão o suicídio é a maior causa de morte de jovens - pelo planeta afora a quarta maior causa. Nos EUA suicídios tiram mais vidas que homicídios.

Trata-se de um quadro superior às fronteiras - seja em sociedades ricas e avançadas ou pobres e atrasadas, salvo pequenas flutuações, os índices encontrados serão praticamente os mesmos.

Diante da perplexidade causada há quem diga ser a maior culpada a desestruturação das famílias. Outros culpam as baixas oportunidades de socialização que a vida moderna oferece. Há quem aponte o dedo para a falta de oportunidades em uma sociedade a cada dia mais consumista e injusta. Ou seria a falta de espiritualidade e de valores?

Eu não tenho conhecimento técnico para diagnosticar um quadro desses - só o que sei é que ele tem que ser estudado cientificamente. Que tal, assim, tornarmos regra a coleta e descrição técnica das circunstâncias que envolveram cada suicídio ou tentativa de suicídio? Que tal, em seguida, consolidarmos um sistema de dados que nos possibilite compreender o problema e efetivamente preveni-lo?

(*) O autor é desembargador e ex-presidente do Tribunal de Justiça do Espírito Santo

UM DOS OBJETIVOS É ADOPTAR POLÍTICAS PÚBLICAS DE PREVENÇÃO: Estado cria 'Observatório' para acompanhar mapa diário da violência e suicídios

O governo capixaba criou, por meio do Instituto Jones dos Santos Neves (IJSN), o Observatório da Segurança Cidadã do Estado do Espírito Santo (OSC/ES). Atualmente, já é realizado um acompanhamento diário dos indicadores de violência no Estado, com relatórios e análises. Nesses relatórios, são incluídos também o cometimento de suicídios.

Os primeiros produtos do Observatório da Segurança Cidadã do Estado do Espírito Santo já estão disponíveis no site do IJSN. O Observatório é uma estratégia de produção de conhecimento e transparência aos indicadores de segurança no âmbito do Programa Estado Presente. Um painel com o perfil dos homicídios no Estado é a próxima publicação a ser disponibilizada.

Coordenado pelo Instituto Jones dos Santos Neves (IJSN), o Observatório conta com Comitê Executivo composto ainda pelas secretarias de Estado de Economia e Planejamento (SEP), da Segurança Pública e Defesa Social (SESP), de Controle e Transparência (SECONT) e pelo Instituto de tecnologia da Informação e Comunicação do Estado do Espírito Santo (PRODEST).

Dados e informações de instituições com expertise em segurança pública, justiça criminal e áreas correlatas serão disponibilizadas em formato dinâmico e intuitivo. Trata-se de um grande repositório que congregará painéis de indicadores, bases estatísticas, estudos, pesquisas, boletins, atlas e mapas, com contribuições da SESP, DETRAN/ES, SESA, SEDU, SEDH, SETADES, IASES, SEJUS e outras instituições.

Esta ferramenta vai consolidar dados de violência, como homicídios, mortes derivadas de acidente de trânsito, suicídios, dentre outros. O objetivo do Poder Público é estudar os dados e, assim, apoiar as estratégias das políticas públicas visando prevenções.

No dia 12 de agosto deste ano, a Secretaria de Estado da Segurança Pública (Sesp) apresentou o manual básico do Eixo de Proteção Policial do Programa Estado Presente, durante reunião no Palácio da Fonte Grande, em Vitória. O documento, confeccionado pela primeira vez, foi entregue ao governador Renato Casagrande e consolida a metodologia para as forças de segurança do Espírito Santo.

De acordo com o secretário da Segurança Pública, Roberto Sá, os esforços foram grandes para confecção dessa primeira versão do planejamento.

"Passamos hoje um manual simbólico do Eixo de Proteção Policial ao governador, que serve de orientação para todos os participantes. Deixamos aí esse registro. É importante institucionalizar para ficar como referência. Quero parabenizar o coronel Souza Reis e toda a equipe que trabalhou de forma incansável", afirmou Sá.

O manual do Eixo de Proteção Policial vai nortear as ações e projetos da área até o final da gestão atual e foi desenvolvido pela Gerência de Projetos Especiais (GPE) e Gerência do Observatório da Segurança Pública (Geosp) da Sesp.

O secretário de Estado de Planejamento, Álvaro Duboc, elogiou a primeira versão apresentada e destacou que o manual vai se adaptando de acordo com o tempo, dentro das diretrizes da segurança pública, e novas versões deve surgir.

"Divulgamos a primeira versão do Manual do Eixo de Proteção Policial do Programa Estado Presente em Defesa da Vida. Outras versões serão produzidas, porque a Política de Segurança Pública é cíclica. À medida que formos avançando na realização do trabalho, esse manual será aprimorado para orientação das ações de controle da criminalidade e

prevenção da violência", destacou.

Em artigo publicado no site Blog do Elimar Côrtes no último sábado (31/08), o presidente da 1ª Câmara Criminal do **Tribunal de Justiça do Espírito Santo**, desembargador **Pedro Valls Feu Rosa**, abordou o tema "suicídio", com o título "E a prevenção?".

No artigo, Pedro Valls defende, sobretudo, a adoção de políticas públicas de prevenção: "Não se fale na necessária instalação de redes ou barreiras físicas em lugares altos - já estaremos, com elas, tratando dos efeitos, e de forma profundamente triste. Deveríamos ir além, estudando os diversos fatores que podem contribuir para um suicídio - e a partir deles buscarmos um mapeamento estatístico acurado deste quadro".

O desembargador concluiu com a sugestão: "Eu não tenho conhecimento técnico para diagnosticar um quadro desses - só o que sei é que ele tem que ser estudado cientificamente. Que tal, assim, tornarmos regra a coleta e descrição técnica das circunstâncias que envolveram cada suicídio ou tentativa de suicídio? Que tal, em seguida, consolidarmos um sistema de dados que nos possibilite compreender o problema e efetivamente preveni-lo?"

Site:

<http://www.elimarcortes.com.br/2019/09/02/governo-capixaba-cria-observatorio-para-acompanhar-mapa-diario-da-violencia-e-suicidios-com-o-objetivo-de-adotar-medidas-de-prevencao/>

SÃO MATEUS: ADOLESCENTES QUE CUMPREM MEDIDA SOCIOEDUCATIVA TERÃO QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL (Notícias)

Da Redação Do Jornal A Ilha

O Projeto Além da Medida, que visa garantir qualificação profissional para adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto no município de São Mateus, foi lançado esta semana, na sede do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai), com a presença do juiz substituto da **Vara da Infância e da Juventude** da Comarca, Antonio Moreira Fernandes, da procuradora do **Ministério Público** do Trabalho, Thaís Borges da Silva, do gerente da unidade Centro Integrado Senai, Carlos Eduardo de Jesus Moreira, e dos adolescentes acompanhados de seus responsáveis.

Também estiveram presentes: a secretária municipal de Assistência Social, Marinalva Boedel Machado, a coordenadora do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (Creas), Carla Cardoso Ribeiro, o assessor jurídico do Creas, Geovalti Lopes de Freitas, a coordenadora do programa Katia Quaresma Borges, o Comissário da Infância e Juventude de São Mateus, Jorge Barbosa Viana, e a diretora escolar Alessia de Almeida Toscano. A cerimônia aconteceu no último dia 26.

O juiz substituto Antonio Moreira Fernandes, da **Vara da Infância e da Juventude** da Comarca, parabenizou a todos pela iniciativa e destacou a importância da decisão daqueles em aderir ao programa como forma de construção de um novo futuro, por meio de capacitação e auxílio a entrar no mercado de trabalho. Destacou, ainda, que este é o momento da mudança e que o primeiro passo já foi dado por aqueles que se dispuseram a participar do curso ofertado.

A procuradora do Trabalho, Thaís Borges da Silva, destacou que "a implementação do Projeto Além da Medida significa o cumprimento, pelo Estado, do seu dever de garantir aos adolescentes seu direito de

profissionalização, providencia esta que pode servir como transformação de vida para esses adolescentes. 'O conhecimento é transformador!'. É esse então um projeto que visa dar um novo projeto de vida, uma nova perspectiva de futuro para os adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa."

As bolsas profissionalizantes são provenientes de recursos da Procuradoria do Trabalho de São Mateus, assim como são todos os itens necessários para a realização do curso, como uniforme, material didático, insumos, lanches diários, equipamentos de proteção individual, material de consumo para utilização do curso e, para aqueles que tiverem frequência acima de 75%, bolsa de 20 reais por dia.

A primeira turma, formada por 20 adolescentes, realizará o curso técnico em eletricista de automóveis, com carga horária de 160 horas. Os estudantes serão submetidos aos conteúdos curriculares específicos sobre atividade da área automotiva. As aulas terão início no dia 16 de setembro, na sede do Senai, e os alunos serão acompanhados pelo instrutor Fábio César Magalhães.

Informações à Imprensa

Assessoria de Imprensa e Comunicação Social do **TJES**

Texto: Elza Silva (com informações de Bruno Montardi)

Site: <http://jornalailha.com.br/2019/09/02/sao-mateus-adolescentes-que-cumprem-medida-socioeducativa-terao-qualificacao-profissional.html>

Ex-vereador de Mimoso foi condenado, mas está foragido

TAG: **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESPÍRITO SANTO, ASSASSINATO, EX-VEREADOR CONDENADO, EMPRESÁRIO ASSASSINADO, JUSTIÇA, DÍVIDA,**

Multimídia:

<http://midia.smi.srv.br/video/2019/09/02/TVGAZETAAFGL>

OBOES-06.18.16-06.19.57-1567417407.mp4

Comvides realiza exibição do documentário "O Silêncio dos Homens" que trata de temas ligados à masculinidade

O vídeo foi desenvolvido pelo projeto Papo de Homem, depois de um ano de pesquisas e entrevistas por todo o Brasil, meses de gravações e mais de 40 mil pessoas escutadas.

O documentário "O Silêncio dos Homens" foi exibido na tarde da última quinta-feira (29), no Auditório da Corregedoria Geral da Justiça (CGJ-ES), com a presença da juíza da Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de **Violência Doméstica e Familiar** (Comvides), Hermínia Azoury, servidores do **Poder Judiciário**, estudantes, psicólogos, representantes das Prefeituras de Vitória e Vila Velha, Polícias Civil e Militar, Palácio dos Conselhos, Estação do Conhecimento Vale, Arcelor Mittal, e Associação Brasileira de Mulheres de Carreira Jurídica (**OAB-ES**).

O vídeo foi desenvolvido pelo projeto Papo de Homem , depois de um ano de pesquisas e entrevistas por todo o Brasil, meses de gravações e mais de 40 mil pessoas escutadas. A produção retrata as dores, qualidades, omissões e processos de mudança dos homens, com o objetivo de incentivar o surgimento de mais pesquisas e projetos sobre masculinidades, e que essas iniciativas ajudem a construir um mundo cada vez mais equitativo, para todos e todas.

Após a exibição do documentário, houve uma ampla discussão sobre o assunto, com vários pontos de vista, assim, cada participante pôde compartilhar suas experiências e lançar ideias de novos programas e projetos a serem trabalhados. O bate-papo foi coordenado pelas servidoras Maria Inês Veltri Costa e Renata Guizan Correa.

Quer saber mais? Ainda dá tempo de assistir ao vídeo, que está disponível no canal do youtube Papo de Homem .

Assim como o filme, os dados da pesquisa também serão 100% públicos por meio de um convênio com o Consórcio de Informações Sociais (CIS) da Universidade de São Paulo (USP), com a viabilidade da Natura Homem e Reserva, além do apoio institucional da ONU Mulheres.

Site:

https://edicianunes.jusbrasil.com.br/noticias/751305501/comvides-realiza-exibicao-do-documentario-o-silencios-dos-homens-que-trata-de-temas-ligados-a-masculinidade?ref=news_feed

Justiça em Vitória vai decretar a falência da Telexfree

LEONEL XIMENES

Publicado em 01/09/2019 às 12h21

Atualizado em 01/09/2019 às 12h21

A 1ª Vara Cível de Vitória vai decretar, nos próximos dias, a falência da Ympactus, nome fantasia da Telexfree. Segundo a coluna apurou, a empresa deve em torno de R\$ 2 bilhões a mais de 1 milhão de credores. A falência será decretada pela juíza Trícia Navarro.

Pirâmide financeira

O Ministério da Justiça e o **Ministério Público Federal** acusam a empresa americana, que já teve sede no Espírito Santo, de operar uma das maiores fraudes financeiras da história do Brasil, num esquema de pirâmide.

A condenação

Em janeiro passado, o dono da Telexfree, Carlos Costa, foi condenado pela Justiça a três anos, sete meses e 21 dias de prisão por omitir e prestar informações falsas na declaração de imposto de renda de pessoa física. A sonegação, segundo a Justiça, é de R\$ 3,9 milhões. Costa pôde recorrer em liberdade.

Site:

gazetaonline.com.br/opiniao/colunas/victor_hugo/2019/08/justica-em-vitoria-vai-decretar-a-falencia-da-telexfree-1014196589.html

LEONEL XIMENES



LXIMENES@REDEGAZETA.COM.BR | TEL.: 3321-8521

LEIA.AG/LEONELXIMENES

BRILHO DA NATUREZA

O amanhecer na Enseada Azul, em Guarapari, um espetáculo que a natureza nos brinda diariamente para que tenhamos orgulho da nossa bela terra. FOTO: MARCELO MORYAN



Justiça vai decretar a falência da Telexfree

A 1ª Vara Cível de Vitória vai decretar, nos próximos dias, a falência da Ympactus, nome fantasia da Telexfree. Segundo a coluna apurou, a empresa deve em torno de R\$ 2 bilhões a mais de 1 milhão de credores. A falência será decretada pela juíza Trícia Navarro.

Como funciona

O Ministério da Justiça e o Ministério Público Federal acusam a empresa americana, que já teve sede no Espírito Santo, de operar uma das maiores fraudes financeiras da história do Brasil, num esquema de pirâmide.

A condenação

Em janeiro último, o dono da Telexfree, Carlos Costa, foi condenado a três anos, sete meses e 21 dias de prisão por omitir e prestar informações falsas na sua declaração de imposto de

renda de pessoa física. A sonegação, segundo a Justiça, é de R\$ 3,9 milhões. Costa pôde recorrer em liberdade.

Cerco de segurança

O PSL pretende concorrer com dois delegados e dois policiais militares nas quatro principais prefeituras da Grande Vitória na eleição do ano que vem.

Os nomes

Segundo o presidente do partido, Carlos Manato, o PSL trabalha para lançar o Subtenente Assis em Cariacica; o Cabo Porto na Serra; o Delegado Danilo Bahiense em Vila Velha; e o delegado Pazolini será convidado a se filiar à legenda para concorrer em Vitória.

O look do poder

Gente do meio garante: os cabelos do governador Casagrande estão mais escuros e ele tem usado paletó meio apertado. Digamos que a culpa seja do paletó.

Queremos paz!

Há exatos 80 anos (1º/9/1929) começava a Segunda Guerra Mundial. Tempo de dor, suor e lágrimas. Que não se repita essa tragédia.

Estamos de olho

Tem deputado meio "assanhadinho" ficando conhecido por comentários

sem-noção junto aos servidores da Assembleia.

O rei do tapetão

Tem gente estranhando Fabiano Contarato (Rede-ES). O novo senador parece que está se notabilizando mais pelas ações que impetra no STF do que pela articulação política no Congresso, que é a essência da atividade parlamentar.

Defasagem na PM

A Associação de Cabos e Soldados informa que a defasagem no quadro da PMES é ainda maior que a publicada recentemente pela coluna.

Defasagem na PM 2

Segundo a ACS, a previsão do efetivo foi alterada de 9.424 para 10.818, bem acima dos 8.167 PMs que estão atualmente na ativa. Um déficit de 24,5%.

Deu praia

Tinha pouca mulher e muito homem no esvaziado encontro estadual do PSL Mulher realizado ontem no Cerimonial Aspomires.

Almoço ideológico

Ninguém ligado a partidos ou organizações de esquerda foi visto no badalado almoço oferecido pelo Sindiex ao vice-presidente, general Mourão. Mesmo os mais moderados.

Ele merece!

O deputado Pazolini apresentou um projeto de lei dando o nome de Subtenente Marco Antônio Cordeiro a um trecho da rodovia ES-146, em Anchieta. Uma homenagem ao bombeiro que morreu durante o resgate de um cachorro em Alfredo Chaves.

O combustível da PC

O delegado-geral da Polícia Civil, Darcy Arruda, comenta nota da coluna, publicada ontem, e diz que não está faltando combustível para as viaturas no interior. Segundo ele, o abastecimento segue critérios técnicos e nem sempre agrada a todo mundo.

Não tem, não paga

A Câmara de Cariacica aprovou uma lei que isenta o morador que não tem iluminação pública do pagamento do serviço.

Não tem, não paga 2

Imaginem se os cidadãos brasileiros que não têm segurança, saúde e educação de qualidade também fossem isentos do pagamento de impostos? Seria justo, né?

Alô, comunidade!

A Ufes precisa de uma chapa de direita ou uma chapa que a endireite?

“O laudo não culpa meu filho. Ele foi vítima”

Mãe de jovem diz que fato de filho ter fumado maconha não contribuiu para sua morte em racha

▲ IARA DINIZ
idiniz@redgazeta.com.br

“Independentemente do que o Kelvin usou, isso não fez diferença na hora do acidente. Não era ele quem estava dirigindo em alta velocidade. Ele foi vítima. O laudo não culpa meu filho.”

O desabafo de Vilma Gonçalves, mãe de Kelvin Gonçalves dos Santos, 23 refere-se ao laudo cadavérico do filho, que revelou que ele havia usado maconha. O jovem e a namorada dele, Brunielli Oliveira, 17, morreram ao ter a moto atingida por um carro, que segundo a polícia, disputava um racha na Terceira Ponte, em maio deste ano.

O exame toxicológico feito no corpo de Kelvin e Brunielli foi confeccionado pela Polícia Civil e entregue à 1ª Vara Criminal de Vitória. De acordo com a PC, é um procedimento padrão em casos de óbitos violentos. O laudo apontou THC no sangue das vítimas, substância presente na maconha. Também foi constatado que Brunielli ingeriu álcool.

Para o advogado que representa a família do casal que morreu, Siderson Vitorino, o resultado do laudo não interfere no processo e nem retira a culpa de Ivomar Rodrigues Gomes e Oswal-



Kelvin e Brunielli foram vítimas de racha, em maio

“Meu filho foi assassinado por dois motoristas irresponsáveis, que haviam bebido e estavam correndo. Eles querem tentar culpar meu filho, mas eles são os únicos culpados”

VILMA GONÇALVES
MÃE DE KELVIN

do Venturini Neto, que conduziam os carros envolvidos no acidente. “O THC presente no exame do Kelvin não foi capaz de influenciar na conduta dos motoristas que faziam o racha”, frisou.

Segundo a polícia, o advogado Ivomar Rodrigues Gomes dirigia o Audi, que colidiu com a moto e arremessou o casal, que mor-

reu. O universitário Oswaldo Venturini Neto dirigia um Ethios. De acordo com a polícia, ele disputava racha com Ivomar.

A perícia apontou que eles estavam a 150km/h, quase o dobro da velocidade permitida na Terceira Ponte. Câmeras de segurança de uma boate flagraram Ivomar e Oswaldo saindo do local minutos antes do acidente. As comandas do estabelecimento, recolhidas pela polícia, mostraram que eles compraram bebidas alcoólicas. Eles se negaram a fazer o teste do bafômetro. Os dois estão presos.

O advogado de defesa de Ivomar, José Augusto Trivelin, disse que a presença da droga no sangue das vítimas mostra que a culpa do acidente foi compartilhada. Já o advogado que representa Oswaldo, Ludgero Liberato, disse que só vai se manifestar sobre o laudo após ter acesso ao documento.



Vilma, mãe de Kelvin, perdeu o bebê que esperava e foi abandonada pelo marido

DRAMA

“Perdi dois filhos no mesmo dia”

Vilma Gonçalves
Mãe de Kelvin

▲ Kelvin Gonçalves Santos, 23, era o único filho da cabeleireira Vilma Gonçalves. Era ele quem fazia companhia para mãe, pagava as contas da casa. Desde a morte do filho, a cabeleireira viu a vida dela desmoronar. Além de perder Kelvin, Vilma, que estava grávida de 4 meses, perdeu o bebê.

O que mudou na sua vida desde a morte do Kelvin?

Eu diria que a morte dele desestruturou minha vida

de uma forma inexplicável. Ele era tudo para mim, meu porto seguro. Ele colocava comida dentro de casa, comprava leite e fralda para os meus netos, me fazia companhia. Depois que ele morreu, eu perdi meu emprego, o neném da minha barriga, meu marido. Eu não tenho mais nada.

A senhora estava grávida quando o Kelvin morreu...

Quinze dias depois eu tive que fazer curetagem pra retirar o feto. Eu perdi dois filhos no mesmo dia.

Também perdeu seu marido?

Meu marido me abandonou. Ele me culpou pela morte do bebê e foi embora. Fiquei sem ninguém.

Você conseguiu voltar a trabalhar?

Voltei a trabalhar essa

semana. Desde que meu filho morreu, eu não consegui mais trabalhar.

Quem tem lhe ajudado neste momento?

Deus. Ele é a principal força que eu tenho neste momento. Alguns amigos também me ajudam, uns mais próximos ajudam em umas contas.

Minha patroa conseguiu uma quitinete pra mim.

Acredita que a justiça vai ser feita?

Espero que sim. Eu confio que as pessoas que mataram meu filho vão pagar por isso. Não adianta tentar culpar ele, falar que ele usou maconha, que tinha ido no baile. Isso não muda nada. Eles podem até tentar se livrar da culpa, mas eles são os culpados. E a Justiça de Deus nunca falha.

BERNARDO COUTINHO - 22/05/2019



Acidente matou 11 pessoas na BR 101, em Mimoso do Sul. O motorista do caminhão, Wesley Cardoso, e o proprietário do veículo, Marcelo José de Souza, foram acusados

Dois anos após acidente com grupo de dança, processo se arrasta

A decisão do juiz, sobre a pronúncia ou não dos acusados, é aguardada há três meses

▲ **VILMARA FERNANDES**
vfernandes@redgazeta.com.br

Há mais de três meses o processo criminal referente a morte dos 11 integrantes do Grupo Folclórico Bergfreunde aguarda uma sentença do Juízo da Segunda Vara de Mimoso do Sul, cidade onde ocorreu o acidente. É a decisão de pronúncia, que dirá se os dois acusados vão ser enviados ao Tribunal do Júri, sentando no banco dos réus. O acidente aconteceu no dia 10 de setembro de 2017, an BR 101.

O processo teve início oito dias após o acidente e, em novembro de 2017, foi aceita a denúncia contra duas pessoas, apresentada pelo Ministério Público do Estado (MPES) como responsáveis pelas mortes. Eles foram acusados de homicídio doloso, quando há a intenção de matar. São elas: o motorista do caminhão, Wesley Rainha Cardoso, e o proprietário do caminhão, Marcelo José de Souza.

A prisão preventiva de ambos chegou a ser pedida, mas foi negada. Desde então eles cumprem apenas medidas cautelares como avisar à Justiça em caso de viagem e comparecer quando forem intimado. Eles tiveram ainda

as habilitações suspensas e foram proibidos de dirigir qualquer veículo.

Tanto o advogado das famílias, que atua como assistente de acusação, Lucas Kaiser, quanto o que faz a defesa dos acusados, Ronaldo Souza Guimarães, já apresentaram suas manifestações no processo, as chamadas alegações finais. O que está sendo aguardado desde então é a decisão do juiz, a pronúncia ou não dos acusados.

Kaiser avalia que o processo criminal está se arrastando há dois anos. "Não há avanço e isto deixa as famílias muito indignadas. E estamos apenas na primeira fase. Se houve uma pronúncia, haverá ainda espaço para recursos, o que significa que ainda pode se arrastar por muito tempo", assinala.

EXPECTATIVA

Guimarães, advogado de defesa dos acusados pelos crimes, informou que contestou, em sua manifestação, várias pontos da denúncia. Um dos principais foi o fato deles terem sido denunciados por homicídio doloso, quando há a intenção de matar. "O motorista não saiu de casa pronto para matar pessoas que transitavam na rodovia, porque é isso que é a intenção de matar, o dolo. Muito menos o dono do caminhão contratou um motorista para matar pes-

"Não há avanço e isso deixa as famílias muito indignadas. Se houve uma pronúncia, haverá ainda espaço para recursos"

LUCAS KAISER, ADVOGADO DAS FAMÍLIAS, QUE ATUA COMO ASSISTENTE DE ACUSAÇÃO

"O motorista não saiu de casa pronto para matar pessoas que transitavam na rodovia. É o que tentamos mostrar para o juiz"

RONALDO SOUZA GUIMARÃES, ADVOGADO QUE FAZ A DEFESA DOS ACUSADOS

soas. É o que tentamos mostrar para o juiz."

Para Guimarães, o que ocorreu foi um conjunto de situações que acabaram resultando no acidente, diz, questionando vários argumentos apresentados no processo. Um deles é sobre as condições do caminhão, que estaria com pneu careca e sem condições para tra-

fegar. Quanto as denúncias de que o veículo estaria com excesso de peso da carga (placas de granito), o advogado pondera que o caminhão passou pela fiscalização da Polícia Rodoviária Federal (PRF), um trajeto que fazia semanalmente. Guimarães frisa ainda que no local onde ocorreu o acidente, era um trecho da BR 101 com problemas.

MORTES

Os 11 integrantes do grupo folclórico que morreram estavam em um micro-ônibus que pegou fogo após bater de frente com um caminhão de bebidas no Km 450 da BR 101, em Mimoso do Sul. Todos eram integrantes do grupo de dança alemã Bergfreunde, de Domingos Martins. Eles estavam voltando de uma apresentação na cidade de Juiz de Fora, em Minas Gerais.

O caminhão com chapas de granito seguia de Vitória para o Rio de Janeiro e perdeu o controle quando passava por um outro automóvel, derrubando todo o granito na pista. Em seguida, colidiu contra a lateral do micro-ônibus que, desgobernado, invadiu a contramão e bateu contra uma carreta que transportava cervejas. Ambos pegaram fogo. O Ford Ka, que seguia atrás do micro-ônibus, colidiu com os pedaços de granito espalhados na via.

Caminhada para lembrar tragédia

▲ Uma caminhada pelas ruas de Domingos Martins vai marcar os dois anos em que as famílias dos integrantes do Grupo Folclórico Bergfreunde esperam por Justiça. Esta será a segunda caminhada de protesto realizada por familiares e amigos das vítimas, que este ano será realizada no dia 7 de setembro. A partir das 16 horas o grupo se reunirá em frente ao Hotel Imperador, e de lá seguirá pelas vias da cidade, passando também pela Rua de Lazer.

Eles querem aproveitar o movimento na cidade decorrente do feriado para chamar a atenção dos turistas. "Queremos chamar a atenção para a injustiça, para que as pessoas não se esqueçam do que aconteceu. Naquele dia a cidade perdeu 11 filhos e até agora não houve o julgamento dos acusados pelo crime. Até quando teremos que fazer caminhada para cobrar por justiça?", questiona Lenilda Santana Duarte Weter, uma das organizadoras do protesto.

O acidente matou a filha de Lenilda, de 16 anos, Karini Santana Weter. Sua voz fica embargada



Karini Santana Weter, 16, morreu no acidente

quando lembra da jovem. "Ela era superfeliz, amava o grupo de dança, cheia de vida, sonhos e planos para o futuro. Tudo o que fazia era com muito amor. Tudo se perdeu naquele dia", diz Lenilda.

Lenilda, como outras mães, encontram dificuldades para encerrar o luto. "É uma dor que não tem alívio. E quanto mais o tempo passa, mais informações obtemos sobre o que ocorreu, mais indignados ficamos. E como ainda não temos justiça, a dor dobra de tamanho", desabafou.

A batalha orçamentária da Defensoria Pública do Estado

VITOR VORGAS

Na divisão do bolo, o órgão é o patinho feio do Orçamento estadual. Nos últimos anos, a fatia reservada à Defensoria fica sempre em torno de um tímido 0,4% da receita total

Publicado em 31/08/2019 às 07h15

Defensoria passa por crise orçamentária

Foto: Amarildo

Desde 2014, a **Defensoria Pública** do Espírito Santo vive um "drama" relacionado ao orçamento da instituição - isto é, à fatia do orçamento do Estado que compete ao órgão, anualmente.

No Espírito Santo, a **Defensoria Pública** possui autonomia financeira e administrativa garantida pela Lei Complementar 547/2010 e pela Emenda Constituição Estadual 77/2012. Isso significa, entre outros pontos, que a **Defensoria Pública**, assim como os demais Poderes estaduais (Assembleia Legislativa, Tribunal de Justiça, **Ministério Público** e Tribunal de Contas), tem plena autonomia para gerir o próprio orçamento.

E agora, quem poderá defender os defensores públicos?

Quanto ao tamanho desse orçamento - a fatia do orçamento global do Estado destinada para o órgão -, quem decide é o governador do Estado. É dele a palavra e o número final, fixado no projeto de lei orçamentária enviado todo ano à Assembleia.

E aí o que se nota é que, na divisão do bolo, a **Defensoria Pública** é o patinho feio do orçamento estadual. Nos últimos anos, a fatia reservada ao órgão fica sempre em torno de um tímido 0,4% da receita total do Estado. O ideal seria expandir esse percentual, gradativamente, para 1% do bolo, estima o defensor público-geral do Estado, Gilmar Batista.

Sede da **Defensoria Pública** em Linhares será fechada

De 2014 a 2018, o orçamento da Defensoria teve um aumento nominal de 7%. No mesmo período, a

inflação, medida pelo IPCA, foi de 25,6%.

2014

Em 2014, o Poder Executivo repassou R\$ 59,7 milhões para a Defensoria.

2015

Em outubro daquele de 2014, o então governador Renato Casagrande (PSB) mandou para a Assembleia Legislativa sua peça orçamentária para 2015. Nesse primeiro projeto, o orçamento previsto para a Defensoria era de R\$ 81,8 milhões, o equivalente a 0,46% de toda a receita prevista pela equipe de Casagrande para 2015.

Defensoria terá centro de atendimento com novos serviços à população

Recém-empossado, o sucessor de Casagrande, Paulo Hartung (então no MDB, hoje sem partido), deduzindo que as receitas previstas por Casagrande estavam superestimadas, mandou novo projeto orçamentário para 2015. Rebaixou a previsão geral de arrecadação do Estado, colocando o orçamento em "bases realistas". Com isso, o orçamento da Defensoria para 2015 caiu tanto em valores absolutos (de R\$ 81,8 milhões para R\$ 64,8 milhões) como em termos percentuais (de 0,46% para 0,4% do bolo).

O tempo mostraria que Hartung acertou em corrigir a previsão. Mas Batista lamenta a perda orçamentária. "Tivemos um corte orçamentário de R\$ 17 milhões em 2015. Esse dinheiro era para realmente continuarmos um processo de expansão, para cumprirmos a nossa obrigação legal de termos defensores em todas as comarcas até 2022."

2016-2019

Aí veio a crise econômica nacional. Desde então, o orçamento da Defensoria nunca conseguiu sair do subsolo.

Em 2016 a participação do órgão no orçamento estadual foi de R\$ 68,2 milhões (0,4%);

Em 2017, R\$ 64,3 milhões (0,4%);

Em 2018, R\$ 64,0 milhões (0,38%);

Em 2019, R\$ 71,9 milhões (0,41%).

Ano após ano, o orçamento da Defensoria só tem sido corrigido na mesma proporção da receita total do Estado: se a estimativa de crescimento da receita total é de 5%, o governo destina 5% a mais para o órgão no orçamento do ano seguinte.

Isso significa que o "tamanho" da Defensoria no orçamento estadual não se altera, e o órgão não sai do lugar. Sua fração do orçamento global do Estado tem ficado sempre próximo àquele 0,4%. Batista defende que, para se estruturar e prestar um melhor serviço à população que depende do órgão, a Defensoria precisa ter uma correção proporcionalmente maior que os demais órgãos e Poderes estaduais, de modo que sua fatia do bolo seja maior que o já tradicional 0,4%.

"No Espírito Santo, os Poderes autônomos estão com os orçamentos congelados ao longo dos últimos anos. Isso também vale para os demais: MPES, **TJES**, TCES... Todos estão assim. Só que esses são órgãos que já estavam estruturados. Já a Defensoria teve o orçamento congelado num patamar lá embaixo. Então a gente não conseguiu avançar por causa disso."

DE 2020 EM DIANTE...

Para enfim "conseguir avançar", o chefe da instituição tem feito um trabalho de negociação e convencimento junto ao governador Renato Casagrande e ao chefe da Casa Civil, Davi Diniz. A estratégia é apostar todas as fichas no Plano Plurianual (PPA), no qual o governo estabelecerá seu planejamento financeiro para o quadriênio 2020-2023.

"Estamos tentando ver se conseguimos, no PPA, estabelecer um percentual do orçamento de forma que vá gradativamente, ao longo dos próximos quatro anos, dando à Defensoria possibilidade de se reestruturar", diz Batista.

Site:

gazetaonline.com.br/opiniao/colunas/praca_oito/2019/08/a-batalha-orcamentaria-da-defensoria-publica-do-estado-1014196629.html

Cachorro já é maior motivo de briga em condomínio

Ivy Coutinho

Ele é considerado o melhor amigo do homem, mas tem sido o maior motivo de brigas nos condomínios. Segundo pesquisa realizada por uma administradora de condomínios, 30% dos conflitos entre vizinhos envolvem os cachorros.

Especialistas assinam embaixo e dizem que as reclamações são recorrentes. De acordo com o membro da Comissão de Direito Imobiliário da Ordem dos Advogados do Brasil (**OAB-ES**) Diovano Rosetti, há uma explicação para a situação. "A população canina aumentou muito. Estima-se que, nos últimos cinco anos, houve um crescimento de aproximadamente 30%".

Rosetti acrescentou que, atualmente, a comunidade condominial tem de conviver com moradores e também seus animais de estimação.

Ele conta que há casos de cães que já avançaram em moradores dentro do condomínio, causando danos físicos graves.

"Muitas vezes esse convívio extrapola o razoável e várias vezes os próprios moradores não têm limites. E muito comum o morador ter um, dois ou até três animais de estimação na sua unidade. Muitos moradores têm cão, gato, passarinho, jabuti e até cobra de estimação. Mas o que dá mais problema são os cachorros", declarou.

Recente decisão do Superior Tribunal de Justiça (**STJ**) permite que qualquer morador tenha animais, desde que obedeça as regras. "Os cães, por exemplo, são permitidos nas unidades, desde que não quebrem a regra dos três "s": salubridade, sossego e segurança."

Se algo está errado, o síndico tem de entrar em cena.

"No caso dos cães, deve-se adotar regras, na convenção e no regimento interno, para regular sua permanência na unidade e seu trânsito nas áreas comuns. Por exemplo: se for um cão bravo, usar focinheira; não descer no elevador junto com os condôminos; regular um horário para transitar dentro do condomínio; não permitir circulação nas áreas de piscina, salão de festas e parquinho", orientou.

Segundo Rosetti, vários tribunais de Justiça do País enquadram a permanência de animais de estimação nas unidades como amparo psicológico ao morador. "Daí a grande resistência em retirá-los do convívio de seus donos".

Regras evitam atritos

Os problemas com cães são comuns, mas podem ser evitados.

De acordo com o membro da Comissão de Direito Imobiliário da Ordem dos Advogados do Brasil (**OAB-ES**) Gilmar Custódio, há diversos pontos que devem ser esclarecidos entre os condôminos e que devem ser cumpridos para evitar situações de estresse, punições e problemas com vizinhos.

"Antes de qualquer coisa, o morador deve conhecer as regras do condomínio, procurar saber o que pode e o que não pode."

O especialista lembrou que o porte do animal está entre as questões controversas. "Saber escolher o tamanho do cachorro para morar em apartamento é primordial. Na minha opinião, deve ser pequeno ou médio", contou.

Ele afirmou que, na maioria das vezes, a regra para o trânsito dos animais diz que eles devem ser carregados no colo. "Então, cumpra. E melhor evitar problemas. Por isso, a importância do animal ser de pequeno porte".

A limpeza dos dejetos também deve ser sempre feita pelo dono, caso o pet os faça nas áreas comuns.

A especialista em administração

de condomínios Rosely Schwartz destacou que faz parte das atividades de um síndico tratar de problemas nas áreas comuns.

"O síndico pode ajudar nos conflitos entre os moradores, mas é preciso tomar cuidado. Uma das partes pode achar que a outra está sendo privilegiada. O ideal, nesse caso, é que o síndico recomende a escolha de um profissional que trabalhe com mediação e conciliação de conflitos."

"Implicâncias com os animais"

A vida da arquivista Mariana Almeida com os animais é marcada por muitas dificuldades nos condomínios onde ela já morou. Ela adora cães e sempre tem um de estimação.

"Gosto tanto dos animais que não abro mão de viver com a companhia deles", destacou.

O problema, segundo ela, são as "implicâncias" com os animais nos condomínios.

"A síndica de um prédio onde morei determinou que meu cachorro, o Jack, que morreu recentemente e pesava 14 quilos, não poderia andar nas áreas comuns. Tive de comprar um carrinho de bebê para transportá-lo. O detalhe foi que ele virou a atração do prédio. Todo mundo queria brincar, só porque ele ficava no carrinho de bebê", lembra Mariana, que hoje mora na Serra.

Após perder Jack, ela adotou Nala Antônia (na foto) e os problemas continuaram. "Um vizinho tem uma cachorra surda, que late muito, e acham que é a minha".

A arquivista disse, ainda, que outro cachorro fez cocô no corredor do prédio e disseram que foi a dela. "Colocaram a culpa na Nala, sendo que ela estava dentro de casa."

CNJ autoriza protesto gratuito para credores e parcelamento de dívidas ao devedor

Norma nacional publicada nesta sexta-feira (30) torna gratuito o protesto de dívidas para os credores de todo o Brasil. Na prática, o Provimento nº 86/19 publicado pelo **Conselho Nacional de Justiça (CNJ)**, permite que pessoas físicas e jurídicas, incluindo Bancos e instituições financeiras fiscalizadas pelo Sistema Financeiro Nacional, levem seus títulos aos Cartórios e protestem gratuitamente o devedor inadimplente.

A norma ainda determina que os Cartórios de Protesto estão autorizados a conceder parcelamento de emolumentos e demais acréscimos legais aos interessados, através de cartão de débito ou de crédito, desde que sejam cobrados na primeira parcela os acréscimos legais.

Desta forma, caberá ao devedor, quando no ato de pagamento de sua dívida, a responsabilidade de arcar com as despesas do protesto, incluindo taxas e emolumentos devidos aos órgãos públicos. Segundo a norma, os títulos de dívidas não devem ultrapassar o prazo de 1 (um) ano no momento de apresentação para o protesto.

O Provimento nacional ainda relaciona entre os documentos que podem ser levados a protesto gratuitamente as duplicatas escriturais (eletrônicas) e demais títulos e outros documentos de dívidas.

Segundo a Corregedoria Nacional de Justiça, a norma atende a definição do Supremo Tribunal Federal (**STF**), de que o prazo para pagamento de tributos pode ser fixado em lei ou ato infralegal e que o prazo para pagamento de tributos não se submete à anterioridade. A medida entrará em vigor 90 dias após a sua publicação.

(Fonte: www.jb.com.br)

?? CURTA NOSSA PÁGINA NO FACEBOOK

?? Banco de Petições + 20 mil modelos de petições jurídicas, atualizadas, prontas e editáveis em word

?? Curso Online de Direito Imobiliário - Prática em Ações Locatícias - Videos Aulas - Material Completo - Jurisprudência e Doutrina Atualizada

?? Petições Imobiliárias 2019 - Um acervo completo de Petições envolvendo Direito Imobiliário + 4 Combos

Exclusivos - Usucapião, Possessórias, Contratos, Escrituras

Site:

https://adimplente.jusbrasil.com.br/noticias/751327284/cnj-autoriza-protesto-gratuito-para-credores-e-parcelamento-de-dividas-ao-devedor?ref=news_feed

Mulher tem o direito de ser deixada em paz pelo ex-namorado

O juiz Rodrigo Victor Foureaux Soares, respondendo pelo Juizado de **Violência Doméstica** e Familiar Contra a Mulher da comarca de Luziânia, proibiu um homem de manter contato com a ex-namorada, seus familiares e seu atual namorado por qualquer meio de comunicação - cartas, mensagens de celular, e-mail, Whatsapp, Telegram, Messenger, Facebook, Instagram ou qualquer rede social. A medida protetiva de urgência foi proferida na quarta-feira (28) pelo magistrado, que proibiu também que o homem se aproxime da ex-namorada e de seus familiares, devendo permanecer a uma distância mínima de 100 metros.

Consta dos autos que o homem foi companheiro da mulher por dez anos, estando separados há um ano e meio. A mulher informou que desde a separação vem sendo importunada pelo antigo companheiro, que insiste em manter contato com ela, apesar de nunca tê-la ameaçado. No entanto, ela pediu para o agressor lhe deixasse em paz, mas ele não acata e que sempre procura meios para estar próximo da vítima, fica dando opiniões acerca de seus novos relacionamentos, inclusive entrando em contato com seu novo namorado.

A decisão, de acordo com Rodrigo Foureaux, aborda a prática de stalking, o que é muito comum no país, e consiste na perseguição do homem em relação a ex. Ao terminar o relacionamento, conforme destacou, a mulher tem o direito de ser deixada em paz, de forma que não sofra nenhuma ingerência, perturbação, perseguição ou incômodo por parte do ex.

O juiz fez questão de destacar que não constitui nenhum ilícito o fato do ex tentar se aproximar da mulher para reatar o relacionamento, mas a partir do momento em que a mulher demonstra não ter nenhum interesse em reatar o relacionamento e que a presença do agente a incomoda, perturba e causa abalos psicológicos, viola o direito de paz que toda mulher possui quando rompe um relacionamento.

"As condutas do autor caracterizam stalking, que é uma forma de violência em que o stalker invade a esfera de intimidade e privacidade da vítima, causando-lhe uma série de transtornos", explicou.

Para ele, a prática de stalking pode ser somente um indicativo de que fatos mais graves podem ocorrer e evoluir para ameaças, agressões e até mesmo a

prática de feminicídio, devendo o Judiciário agir para evitar que haja uma progressão das ofensas aos direitos das mulheres.

"Lamentavelmente, tal prática não é incomum no país, em que homens perseguem mulheres como se fossem suas propriedades, sendo que na verdade deveriam procurar tratamento por especialista. No caso, restou evidenciado, por meio do relato feito pela ofendida, que as medidas ora requeridas são imprescindíveis para fazer cessar, de imediato, a violência psicológica que vem sofrendo por parte do ex", finalizou Rodrigo Foureaux. (Texto: Arianne Lopes - Centro de Comunicação Social do TJGO)

Veja a sentença

(Fonte: TJ-GO)

Conheça também o nosso INSTAGRAM e tenha acesso ao nosso conteúdo de Humor Jurídico!

? M ega Combo de Petições - 14 x 1 - Exclusão do ICMS, Revisão da Vida Toda, Previdenciário, Bancário, Penal, Cível, Tributário e muito mais...

? Aprenda todos os detalhes de como entrar de forma correta com a Ação de Correção do FGTS...

? Cronograma 30 Dias para Aprovação na **OAB** - O melhor custo benefício em Planejamento de Estudo do Mercado

Site:

https://doutoradevogado.jusbrasil.com.br/noticias/751315223/mulher-tem-o-direito-de-ser-deixada-em-paz-pelo-ex-namorado?ref=news_feed

Pesquisa sobre audiência de custódia reforça importância do instituto

Menos de 1% dos presos em flagrante deixam a audiência de custódia sem ao menos alguma forma de controle do estado (prisão preventiva ou medida cautelar), contrariando a ideia de que o instituto foi criado para soltar pessoas sem qualquer critério. Este é um dos achados do estudo "O Fim da Liberdade: A urgência de recuperar o sentido e a efetividade das audiências de custódia", lançado pelo Instituto de Defesa do Direito de Defesa (IDDD) na última semana em parceria com o **Conselho Nacional de Justiça (CNJ)**.

Esta foi a terceira edição do relatório nacional sobre audiências de custódia produzido pelo IDDD, e é o maior levantamento já feito sobre o instituto, com 2.774 casos analisados em 13 cidades de nove estados. O estudo ainda constatou que em 57% dos casos o flagrante é convertido em prisões provisórias, número que chega a 66,9% quando o único crime analisado é tráfico de drogas. As cautelares mais comuns são o comparecimento periódico em juízo (92%), proibição de ausentar-se da comarca (60%) e recolhimento domiciliar no período noturno e dias de folga (41%). A média de medidas impostas para cada pessoa é de cerca de três. Em 55,6% dos casos, o único depoimento é dos policiais que efetuaram a detenção, número que alcança 90% em crimes de tráfico de drogas.

As audiências de custódia são um dos campos de ação do programa Justiça Presente, por meio de parceria entre o **CNJ** o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), o Ministério da Justiça e Segurança Pública e o Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC). O programa alocou 27 consultores em cada unidade da Federação para qualificar o instituto, o que inclui ações de articulação da rede de atendimento psicossocial, capacitação e coleta de dados, fortalecimento da política de alternativas penais e de monitoração eletrônica, além do combate a maus tratos e tortura.

O relatório do IDDD identificou 23,8% de casos em que pessoas alegaram terem sofrido violência policial - destes casos, 21,6% foram encaminhados aos Institutos Médico-Legais para exames e, em 0,9%, o juiz determinou instauração de inquérito policial. De acordo com o vice-presidente do IDDD, Hugo Leonardo, a audiência de custódia é um filtro de racionalidade para o sistema prisional. "Ela permite

que os atores principais consigam depurar os casos e exercer critério legal das pessoas que estão sendo enredadas na malha penal", afirma, destacando o empenho do **CNJ** na implementação do instituto. "Precisamos cada vez mais fortalece-lo, com a possibilidade de implementar junto a outras políticas públicas", avalia.

Perfil

De acordo com o relatório apresentado pelo IDDD, 90,87% das pessoas apresentadas em audiências de custódia são homens e 65% têm entre 18 e 29 anos de idade. Dos casos de custodiados analisados, 34,82% não concluíram o ensino fundamental e 37,6% não possuíam renda fixa. Quanto à raça, 64,1% são negros -no total da população brasileira, o índice é de 47,1%, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Segundo o IDDD, a raça também se manifesta como possível marcador de desigualdade nos resultados das audiências de custódia. O Justiça Presente desenvolve metodologias transversais em todas as suas ações com marcadores de gênero e de raça.

O relatório do Instituto de Defesa do Direito de Defesa também apresenta dados sobre mulheres grávidas e mães de crianças menores de 12 anos, frequência de crimes, relaxamento de prisões por violência policial, equilíbrio entre defesa e acusação e uso de algemas. Entre as recomendações pelo aprimoramento estão a interiorização e aprovação de lei federal, aprimoramento da identificação e acompanhamento dos casos de violência, fortalecimento do direito de defesa nas audiências, ampliação do uso de medidas cautelares e produção de conteúdo.

Atualmente, o Justiça Presente trabalha pelo aprimoramento do Sistema de Audiências de Custódia (Sistac), plataforma desenvolvida pelo **CNJ** para registro das audiências realizadas em todo o país. Ele será qualificado e passará a ser interoperável com outros sistemas do **CNJ**, como o Sistema Eletrônico de Execução Unificado (SEEU), tornando o ciclo de informações mais completo e transparente.

Iuri Tôres

Agência **CNJ** de Notícias

Site: <http://www.cnj.jus.br/noticias/cnj/89479-pesquisa-sobre-audiencia-de-custodia-reforca-importancia-do-instituto>

Paz em Casa: Mutirão de sentenças tem aumento de 50% de julgamentos

Entre os dias 19 e 29 de agosto, magistrados do TJMS realizaram mutirão de sentenças para julgar ações de violência doméstica e familiar contra a mulher, dentro da 14ª edição do Programa Justiça pela Paz em Casa. Como resultado, 1.468 processos receberam sentença ou decisão, um aumento de 50% em relação à edição anterior. A semana da Paz em Casa do **Conselho Nacional de Justiça (CNJ)** foi realizada em Mato Grosso do Sul, pelo Tribunal de Justiça, por meio da Coordenadoria da Mulher em Situação de **Violência Doméstica** e Familiar.

Sete magistrados e magistradas atuaram no mutirão. A juíza Jacqueline Machado, que responde pela Coordenadoria da Mulher, coordenou os trabalhos e participaram do mutirão os juízes César de Souza Lima, Daniel Scaramella Moreira, Ellen Priscile Xandu Kaster Franco, José Henrique Kaster Franco, Juliano Duailibi Baungart, Patrícia Kelling Karloh e Mauro Nering Karloh. Eles atuaram em processos das comarcas de Itaquiraí, Corumbá, Costa Rica, Sonora, Aquidauana e Três Lagoas.

Para a juíza coordenadora da mulher, os números alcançados refletem o esforço coletivo dos magistrados, que atuaram sem recebimento de gratificação, em solucionar estes casos que aumentam de forma expressiva em todo o país.

Números - Nesta 14ª edição do movimento em prol da mulher, foram realizadas 31 audiências de acolhimento, 760 audiências preliminares, 644 audiências de instrução, uma audiência de justificação e 454 despachos proferidos. Os magistrados também deferiram 177 novas medidas protetivas.

Entre as sentenças, foram 812 de conhecimento com resolução de mérito em violência doméstica contra a mulher e 113 sem resolução de mérito. Sentenças de conhecimento criminais com resolução de mérito em feminicídio foram três e sem resolução de mérito, uma.

Casos pendentes de conhecimento em violência doméstica contra a mulher somam 33.003 e, em feminicídio, 152.

Mutirão - De acordo com o Provimento nº 449, ficou definido mutirão nas Varas com competência para julgar processos de **Violência Doméstica** Familiar e contra a Mulher e Feminicídio do Estado de Mato

Grosso do Sul distribuídos até 31 de dezembro de 2018.

A medida atende a Resolução nº 254/2018 e a Meta nº 8 de 2019, do **Conselho Nacional de Justiça**, em razão do aumento expressivo do número de processos que versam sobre violência doméstica familiar, **violência contra a mulher** e feminicídio.

De acordo com o provimento, foram abrangidas as seguintes unidades judiciais: 2ª **Vara Criminal** da comarca de Três Lagoas, 2ª **Vara Criminal** da comarca de Corumbá, **Vara Criminal** da comarca de Aquidauana, 1ª Vara da comarca de Camapuã, 2ª Vara da comarca de Costa Rica, comarca de Itaquiraí e comarca de Sonora.

Site: https://tj-ms.jusbrasil.com.br/noticias/751295482/paz-em-casa-mutirao-de-sentencas-tem-aumento-de-50-de-julgamentos?ref=news_feed

Brasil tem uma morte violenta a cada 12 minutos, mostra levantamento

O Brasil registra uma queda de 22% nas mortes violentas no primeiro semestre deste ano em comparação com o mesmo período de 2018. A região Nordeste é a que tem a maior diminuição. É o que mostra o índice nacional de homicídios criado pelo G1, com base nos dados oficiais dos 26 estados e do Distrito Federal.

Em seis meses, houve 21.289 assassinatos, contra 27.371 no mesmo período do ano passado. São 6 mil a menos.

O Nordeste responde por mais da metade dessa queda (3.244 mortes a menos), ou seja, 53% do total no país.

A tendência de queda nos homicídios foi antecipada pelo G1 no balanço dos dois primeiros meses do ano, que apresentaram redução de 25% em relação ao mesmo período do ano passado, e no balanço das mortes violentas de 2018, que teve a maior queda dos últimos 11 anos da série histórica do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, com 13%.

O número de assassinatos, porém, continua alto. O dado mostra que há uma morte violenta a cada 12 minutos no Brasil - 118 por dia, em média.

O levantamento faz parte do Monitor da Violência, uma parceria do G1 com o Núcleo de Estudos da Violência da USP e o Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

Os dados apontam que:

A região Nordeste é a com a maior queda no primeiro semestre deste ano, com quase 30% - Foto: Rodrigo Sanches/G1

O G1 foi a fundo, pouco antes do fim do semestre, nos cenários de segurança pública de três estados: Acre, Ceará e Rio Grande do Norte. Integrantes e ex-integrantes dos governos e entidades foram consultados para levantar as principais medidas tomadas nos estados que podem ter resultado na queda da violência. A GloboNews também entrevistou autoridades e especialistas.

Entre as medidas adotadas estão:

Brasil teve 6.082 mortes a menos no 1º semestre de

2019 - Foto: Rodrigo Sanches/G1

O ministro da Justiça e Segurança Pública, Sergio Moro, atribuiu a queda no número de mortes violentas no país a esforços de governos locais e do governo federal, citando recordes de apreensão de drogas e transferência de chefes de facções criminosas para presídios federais como medidas que surtiram efeitos nos índices de criminalidade. Moro também afirmou que o governo está com uma política de tentar retomar o controle de vários presídios do país.

"Apesar da redução, vamos reconhecer: os números ainda são altos. Precisamos melhorar muito mais", afirmou Moro, em entrevista exclusiva à GloboNews.

"O mérito é também do governo federal porque assistimos basicamente a uma redução da criminalidade em todo o país, o que nos leva a crer que existe uma causa nacional para a redução da criminalidade. Entre elas, recordes de apreensão de drogas, especialmente cocaína pela Polícia Federal, pela Polícia Rodoviária Federal, e o incremento da política de transferência e isolamento das lideranças criminosas."

Os números do Ceará são os que mais impressionam. Houve uma queda de 53% nos assassinatos, se comparado o 1º semestre deste ano com o do ano passado. Isso representa uma diminuição de 1.254 mortes - 1/5 do total de assassinatos a menos no Brasil.

Em 2017, uma guerra entre facções levou o Ceará a ter um ano com recorde de violência, com 5.133 homicídios. O cenário levou o estado a adotar medidas mais rígidas contra os criminosos, especialmente dentro dos presídios, de onde partem as ordens para muitos dos homicídios.

Em 2019, uma pasta exclusiva para atuar nos presídios foi criada. A posse ocorreu em 1º de janeiro deste ano, e o secretário da Administração Penitenciária recém-empossado, Mauro Albuquerque, prometeu acabar com a divisão de facções por presídios e tornar mais rigoroso o controle de celulares nas unidades prisionais. Como represália, os mesmos grupos criminosos que cometiam homicídios entre si se uniram para realizar uma série de ataques no estado.

"Fizemos este enfrentamento em 2019, mostrando que quem manda é o estado, mantendo a ordem nas unidades prisionais. Eu não tenho dúvida que isso teve um efeito muito forte, e nós sabíamos que isso ia acontecer nas ruas depois", afirma o governador Camilo Santana.

Houve 192 mortes em janeiro no estado, uma redução de 60,1% em comparação com janeiro de 2018, com 482 assassinatos.

Segundo especialistas, a queda foi consequência de um "acordo" entre as facções, que passaram a se concentrar mais no estado como inimigo que nas brigas entre si. Consequentemente, os índices de mortes violentas caíram.

O relator do Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência, Renato Roseno de Oliveira, diz que a queda dos homicídios no estado deve ser, de fato, comemorada, mas os fatores que levaram à redução são muito mais complexos do que parecem.

"Teve um rearranjo dos territórios através de grupos armados. Teve uma variação da própria organização do crime, que passou a compreender que, em determinados territórios, a redução do homicídio mantém um circuito da própria economia do crime", diz Renato Roseno de Oliveira, presidente da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa.

O governador destaca, no entanto, que, além de fazer políticas voltadas para o sistema penitenciário, o estado investiu em uma série de medidas que resultaram em um maior controle dos índices de violência. "Começamos a investir na área de inteligência, de tecnologia. [Há] um processo de fortalecimento policial com mais profissionais, com mais inteligência. Lutamos para trazer para cá o primeiro centro de integração de inteligência do Nordeste, para integrar os estados", afirma.

O sistema de videomonitoramento em Fortaleza, por exemplo, passou de 164 câmeras em 2015 para as atuais 2.543. As imagens geradas pelos equipamentos são integradas às câmeras do Departamento Estadual de Trânsito, da Prefeitura e da Polícia Rodoviária Federal.

Há ainda sistemas que facilitam a identificação civil e criminal por meio da biometria, bem como iniciativas com foco social, como o Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência da Polícia Militar, que tem como objetivo orientar alunos de escolas públicas e privadas sobre assuntos relacionados ao uso de drogas, e a polícia comunitária.

"A gente tem grupos que cuidam de **mulheres vítimas de violência**, que trabalham com mobilização comunitária, que fazem mediação de conflitos", diz o capitão Messias Mendes, assessor de polícia comunitária da PM do estado.

Renato Oliveira cita as medidas tomadas pela gestão estadual como importantes, já que a presença das forças de segurança nos territórios foi expandida, mas acredita que o cerne do problema não foi atingido. "As causas da vulnerabilidade, sobretudo na segunda década de vida, de 10 a 19 anos, não foram enfrentadas. São causas socioeconômicas, comunitárias e territoriais", afirma.

"O advento da tecnologia, que é, sem dúvida nenhuma, muito celebrado pelos governo estadual, é importante, mas não pode virar a panaceia, a grande solução mágica e miraculosa para a questão da violência, porque as raízes da violência são sociais. A violência é retorno da segregação", diz Renato Oliveira.

A guerra entre facções também fez com que o Acre enfrentasse nos últimos anos um aumento desenfreado da violência. A disputa entre grupos criminosos explodiu no fim de 2015, quando foram registrados os primeiros ataques em Rio Branco. Isso fez com que os índices de violência aumentassem muito nos anos seguintes, passando de uma taxa de 29 mortes por 100 mil habitantes em 2015 para o recorde de 63,9 em 2017.

Em 2018, porém, a taxa regrediu para 47,5 mortes por 100 mil habitantes, numa queda de mais de 20% no número de assassinatos em relação ao ano anterior. No primeiro semestre de 2019, os números continuaram caindo, ficando quase 30% abaixo do registrado no mesmo período de 2018.

O G1 e a GloboNews conversaram com autoridades e ex-gestores que estavam à frente da segurança pública quando a guerra começou para tentar entender que medidas foram tomadas e acabaram impactando no combate às organizações criminosas.

Para Paulo César Rocha dos Santos, secretário da Segurança do estado, a primeira e mais impactante ação foi a retomada da ordem dentro dos presídios através de adoção de procedimentos operacionais padrão. "A administração passou a ter controle de toda a gestão de pessoas no interior do presídio. Essa ação tem efeito nas ruas porque o crime no Brasil ainda é comandado de dentro dos presídios", afirma.

"A gente fez uma série de modificações nas regras de entrada e saída de presos e visitantes. Estamos

controlando a rotina do apenado, sendo que antes não tínhamos esse controle e o preso passava o dia sem fazer nada. Agora, reforçamos postos de trabalho e de educação para que a gente ocupe a rotina dos presos", diz Lucas Gomes, presidente do Instituto de Administração Penitenciária do Acre.

Uma outra medida que Gomes destaca é o estabelecimento de "espaços neutros" dentro dos presídios - ou seja, pavilhões ou espaços de convivência entre presos de diferentes facções para atividades ressocializadoras. Normalmente, para evitar brigas, os presos ficam separados por facções dentro das prisões.

"A gente tem acabado com essa [separação entre facções] e criado espaços neutros para que o estado não legitime mais esse tipo de organização. É uma transição que temos feito desde o início do ano. Já temos resultado com o pavilhão neutro, onde só existem presos vinculados a uma organização religiosa e que estão fazendo algum trabalho", diz Lucas Gomes.

O promotor Bernardo Albano destaca que a redução de mortes violentas deve ser reconhecida, mas, assim como no caso do Ceará, com cautela.

"Apesar da redução expressiva, a situação no estado do Acre ainda é de especial gravidade. Sabemos que é um desafio. Não há solução completa do fenômeno da violência, isso é utópico, mas, sim, o trabalho de contenção da violência. A intenção é que facções deixem de crescer, de cooptar novos integrantes, e que possamos diminuir através da responsabilização de seus membros e isolamento de suas lideranças", diz o promotor Bernardo Albano.

Fora das prisões, o secretário de Segurança afirma que o investimento em inteligência também tem apresentado resultados, como o "policiamento voltado para o problema". "É uma estratégia onde, através da análise prévia, inteligente, promovida por analistas do crime, possibilita identificar previamente quais locais carecem de maior intervenção policial", diz Rocha.

Por ser um estado fronteiro, a colaboração entre forças de segurança local com órgãos federais e de outros estados e mesmo de outros países também foi citada pelo secretário. "Nós temos cooperação com os estados do Amazonas e de Rondônia. Temos também tratativas recentemente estabelecidas com a Bolívia no que tange à devolução de veículos e operações coordenadas na região de fronteira, e estamos construindo uma ponte com o Peru."

Albano também destaca que o maior controle das fronteiras ataca diretamente o poder das facções e do

tráfico de drogas. "A gente verifica integrantes destas facções, oriundos do Brasil, em atuação no Peru e na Bolívia. Essa situação nos traz preocupação e demonstra necessidade de atuação conjunta e integrada."

Para Bruno Paes Manso, do NEV-USP, a ação dos governadores e das autoridades estaduais de Justiça, mais focada nos presídios, ajuda a entender a permanência da tendência de queda dos homicídios no Brasil.

"Os governos capazes de impor custos aos grupos violentos - a partir da identificação dos mandantes de assassinatos ou identificação dos autores das mortes, tarefa que atualmente tem sido feita a partir de escutas em presídios - tendem a induzir a tréguas ou acordos entre rivais para a diminuição de conflitos", diz Bruno Paes Manso.

"Apesar de haver motivos para comemorar a redução da curva de homicídios, estes dados devem ser vistos com ceticismo e cuidado. No Rio de Janeiro e no Rio Grande do Sul, por exemplo, apareceram cemitérios clandestinos, e a possibilidade de haver mortos desaparecidos que não constam da lista é importante. Ainda no Rio, a própria polícia - cujos dados não constam deste balanço - tem sido uma das principais causadoras de mortes violentas no Rio", ressalta.

Segundo o pesquisador, para manter a tendência de queda e evitar que os grupos criminosos se fortaleçam economicamente, vai ser preciso usar a capacidade de inteligência e articulação do Estado.

Para Samira Bueno e Renato Sérgio de Lima, do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, as explicações para a queda passam por melhorias da gestão pública, integração de programas de prevenção social com as políticas de segurança, melhoria da qualidade da investigação policial, maior integração entre agências, em especial as polícias Civil e Militar, e o fortalecimento de políticas de controle de armas.

"Em termos regionais, no Nordeste uma iniciativa pioneira tem fortalecido a integração de esforços e o compartilhamento de informações entre agências interestaduais com o Centro Regional de Inteligência de Segurança Pública, baseado em Fortaleza, e mais recentemente com a formalização de um consórcio constitucional na região. Se o Estado tem suas fronteiras administrativas, a ação do crime tem mostrado que este é hoje um fenômeno transnacional e que demanda de governos e do sistema de Justiça uma nova gramática", diz Samira Bueno e Renato Sérgio de Lima.

Samira Bueno destaca ainda o "componente

demográfico". "A gente tem uma estimativa do IBGE que mostra que, até 2030, haverá uma redução de 25% da população jovem no Brasil. Essa mudança demográfica é algo que já vem impactando em vários estados. Isso porque a maior parte das vítimas de homicídio no Brasil é jovem. A maior parte da população encarcerada no Brasil é jovem. Se há uma quantidade menor de jovens na população, consequentemente há também uma redução dos homicídios."

A ferramenta criada pelo G1 permite o acompanhamento dos dados de vítimas de crimes violentos mês a mês no país. Estão contabilizadas as vítimas de homicídios dolosos (incluindo os feminicídios), latrocínios e lesões corporais seguidas de morte. Juntos, estes casos compõem os chamados crimes violentos letais e intencionais.

Jornalistas do G1 espalhados pelo país solicitam os dados, via assessoria de imprensa e via Lei de Acesso à Informação, seguindo o padrão metodológico utilizado pelo fórum no Anuário Brasileiro de Segurança Pública.

Para fechar o 1º semestre, foi pedida aos estados uma revisão dos dados dos meses desde janeiro. Alguns dos números foram retificados, em razão de ajustes feitos posteriormente pelas secretarias, e agora estão totalmente atualizados.

Em março, o governo federal anunciou a criação de um sistema similar. Os dados, no entanto, não estão atualizados como os da ferramenta do G1. O último mês em que há informações disponíveis para todos os estados é abril de 2019 e há incongruências em parte das estatísticas.

Uma informação importante: os dados coletados mês a mês não incluem as mortes em decorrência de intervenção policial. Isso porque há uma dificuldade maior em obter esses dados em tempo real e de forma sistemática com os governos estaduais. O balanço de 2018 foi publicado pelo Monitor da Violência separadamente, em abril. Um balanço com dados de 2019 ainda será divulgado.

Fonte: G1

Site: <https://bananalonline.com.br/brasil-tem-uma-morte-violenta-a-cada-12-minutos-mostra-levantamento/>

Seminário de Direito do Consumidor terá palestrantes renomados em Cachoeiro

Para comemorar os 29 anos do Código de Defesa do Consumidor (CDC), Cachoeiro vai realizar o 1º Seminário do Direito do Consumidor - Reflexões sobre o consumo, de 10 a 12 de setembro, no auditório da Faculdade de Direito de Cachoeiro de Itapemirim (FDCI), em Morro Grande.

Organizado pelo Conselho Gestor do Fundo Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor (FMPDC), o evento contará com a participação de três renomados palestrantes: o filósofo Luiz Felipe Pondé, o escritor Neder Izaac e o procurador do Espírito Santo, Leonardo Garcia.

As inscrições para as três palestras são gratuitas e devem ser feitas pelo site capacita.cachoeiro.es.gov.br - basta buscar o nome do evento no campo "Modalidade". Foram disponibilizadas 500 vagas para cada palestra.

De acordo com Rogério Athayde, coordenador do Procon de Cachoeiro e presidente do Conselho Gestor do FMPDC, o objetivo do evento é colaborar com a formação de consumidores conscientes, que estejam atentos, de fato, a todas as dimensões das relações de consumo e seus impactos.

"O aniversário CDC é um momento que enseja essa reflexão mais profunda sobre as relações consumeristas", frisa.

Sobre os palestrantes

Luiz Felipe de Cerqueira e Silva Pondé - Graduado em Filosofia Pura pela Universidade de São Paulo (1990), mestrado em História da Filosofia Contemporânea pela Universidade de São Paulo (1993), DEA em Filosofia Contemporânea Université de Paris VIII (1995), doutorado em Filosofia Moderna pela Universidade de São Paulo (1997) e pós-doutorado (2000) em Epistemologia pela University of Tel Aviv. Atualmente, é professor assistente da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), professor titular da Fundação Armando Álvares Penteado e colunista do jornal Folha de S. Paulo, além de possuir outros vínculos em pós-graduação no exterior.

Neder Renato Izaac Filho - Autor do livro "Manhãs Poderosas", que esteve durante semanas na lista dos

mais vendidos. É idealizador do treinamento "O Monge e o Executivo", um evento de imersão de dois dias onde objetiva-se mostrar exatamente a fórmula para que uma pessoa seja capaz de liderar e obter sucesso, atua como mentor de empresários em todo o país. Formado em Administração pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) em São Paulo, é mestre em Administração Pública e Governo pela mesma instituição. Além de empreendedor, é também entusiasta e pesquisador de pessoas de sucesso.

Leonardo de Medeiros Garcia - Procurador do Estado do Espírito Santo, mestre em Direitos Difusos e Coletivos pela PUC-SP e especialista em "Derecho del Consumo y Economía" pela Universidad de Castilla la Mancha/Espanha. É ex-Procurador Federal com exercício no Gabinete do Advogado-Geral da União (AGU) com atuação específica perante o **STF**, foi assessor do relator da Comissão Especial de Atualização do Código de Defesa do Consumidor no Senado Federal e é professor de diversos cursos jurídicos e de pós-graduação, além de autor e coordenador de diversos livros jurídicos, com diversos livros publicados sobre o tema Direito do Consumidor.

Confira a programação:

Dia 10 de setembro

18h - Apresentação artística - Camerata Casa Verde

19h - Abertura oficial

19h30 - Palestra 1: "Consumo Sustentável - A proteção do Meio Ambiente no Código de Defesa do Consumidor", com o professor Leonardo de Medeiros Garcia

20h30 - Grupo de discussão gerenciado por alunos das faculdades locais

*Link direto para inscrição para participação neste dia: <https://capacita.cachoeiro.es.gov.br/inscricao/inscrever/3638>

Dia 11 de setembro

18h - Apresentação artística - Grupo de Choro Pó de Mico

19h - Abertura

19h30 - Palestra 2: "Alta Performance Pessoal - Autoliderança para hábitos de consumo saudáveis", com o palestrante Neder Renato Izaac Filho

20h30 - Grupo de discussão gerenciado por alunos das faculdades locais

*Link direto para inscrição para participação neste dia:
<https://capacita.cachoeiro.es.gov.br/inscricao/inscrever/3641>

Dia 12 de setembro

18h - Apresentação artística - Zero 28 Band

19h - Abertura

19h10 - Palestra 3: "Marketing Existencial - a produção de bens de significado no mundo contemporâneo", com o filósofo Luiz Felipe Pondé

20h40 - Grupo de discussão gerenciado por alunos das faculdades locais

*Link direto para inscrição para participação neste dia:
<https://capacita.cachoeiro.es.gov.br/inscricao/inscrever/3642>

Site: <https://www.aquinoicias.com/2019/09/seminario-de-direito-do-consumidor-tera-palestrantes-renomados-em-cachoeiro/>

O Brasil prende demais? Tenha vergonha!

Fernando Martins Zaupa*

Uma pequena criança de seis anos está com sua família em um carro, enquanto aguardam o semáforo abrir.

Bandidos anunciam o assalto e, em abjeto descaso com a vida alheia, arrancam o carro, arrastando a pobre criança por cerca de sete quilômetros.

O que sobrou dos restos mortais do indefeso João Hélio foram levados à frieza de uma cova, ao tempo que se eternizava a dor de seus pais e irmãos.

Os criminosos foram condenados a penas que variaram de 39 a 45 anos, conforme a condenação ocorrida em 2008.

Boa parte da população, que escuta o mantra falacioso de que o Brasil prende demais, acreditou, então, que os sujeitos que cometeram essa atrocidade só sairiam da cadeia lá pelos anos 2047 ou 2053.

Não. No país da impunidade e dezenas de regras para Sua Excelência o Criminoso condenado não ficar muito tempo preso (indulto, progressão, remição, livramento condicional, suspensão condicional da pena, suspensão condicional do processo, etc), nem o mais crápula dos criminosos fica tanto tempo preso.

Assim, essa semana, um dos assassinos do menininho João Hélio, condenado a 39 anos de prisão, foi beneficiado pelo "Estado Opressor e Tirânico" (como ouvi um autointitulado 'jurista democrático' dizer), a "cumprir pena" em sua própria residência, talvez pedindo comida por aplicativos de celular e assistindo séries de TV por assinatura, tocando a vida. Algo que a criança não teve o direito de curtir e sentir em sua plenitude.

Aliás, essa regalia fora dada em "progressão de pena", essa falácia do sistema brasileiro, onde se diz que depois do regime fechado o criminoso poderá progredir para o regime semiaberto (colônia penal) e depois para o aberto (casa de albergado).

Mentira! Na quase totalidade desse Brasilão continental não existem esses regimes, e o criminoso, após completar míseros um sexto ou vá lá dois quintos da pena, simplesmente é colocado na rua, tendo que se ficar em casa em determinados horários, ou apenas assinar uma lista no fórum a cada dois ou três meses.

Aqui entra outro engodo: como estão "cumprindo pena", esses criminosos soltos são contabilizados na farsa de que no Brasil haveria cerca de 800 mil presos.

Como na obra Como Mentir Com Estatística, de Darrel Huff, por aqui também trabalham com números.

Não há estatísticas concretas sobre quantos crimes - de forma geral - são realmente elucidados (estima-se que menos de 4%). Contudo, não se pode esquecer que nestas terras apenas 6% dos crimes de homicídio (mais de sessenta mil pessoas são assassinadas por ano) são elucidados (dados da Estratégia Nacional de Justiça e Segurança Pública) e destes apenas uma ínfima parcela recebe resposta penal (no Reino Unido elucidam 90%, França 80%, EUA 65).

Conforme constava no site do **Conselho Nacional de Justiça**, havia até final do ano passado cerca de 225.395 criminosos procurados pela Justiça e 12.030 criminosos foragidos do sistema penitenciário.

Ora, conforme dados do IBGE, temos atualmente cerca de 210 milhões de habitantes.

Se realmente estivessem presos esses criminosos do número fake de 800 mil presos, ainda assim seriam menos de 0,5% da população.

E olha que aqui temos uma criminalidade endêmica, diária, impactante, violenta, que atinge todas as localidades e, de forma indiscriminada, todo tipo de cidadão.

Há quem alegue que o número de encarceramento tem aumentado como se fosse algo a ensejar medidas para esvaziar as cadeias (vide mutirões, audiências de custódia, blábláblá).

Ora, se a população está a crescer de forma avassaladora, sob os mais variados fatores fomentadores da prática de crime (principalmente a impunidade), como esperar que com o aumento abissal de crimes ocorra a diminuição de prisões?

Por que não mencionam também que houve esse aumento exponencial de crimes e, mais ainda, que o número de vítimas se multiplicou progressivamente?

Quase todo brasileiro foi ou conhece alguém que já foi vítima de alguma espécie de crime, seja contra a vida, contra a integridade, contra o patrimônio, contra a honra, contra o erário, etc.

No Brasil, como dito, acredita-se que apenas 4% por cento dos crimes são elucidados e, destes, apenas uma ínfima parcela recebe pena de prisão (a maior parte vai para os juizados das tais cestas básicas ou prestação de serviço voluntário por algumas semanas/meses; mera assinatura bimestral no fórum; etc).

Ainda assim há cerca de 237 mil criminosos procurados pela Justiça.

Isso sem falar em milhares de menores de idade que praticam assassinatos, roubos, estupros, sequestros, tráfico, etc, e em poucos meses são simplesmente soltos.

Quantos criminosos não descobertos, não identificados, não processados e não condenados estão, então, neste exato momento, soltos e livres pelos diversos cantos de nosso Brasil, inclusive aí onde vocês está?

Há diversos criminosos que, "tendo o azar" de serem descobertos, dentro dessa ficção do sistema penal brasileiro, preferem ser condenados em regime semiaberto e aberto, a terem de receber as chamadas "penas restritivas de direito", já que essas muitas vezes são acompanhadas de mais restrições que as contidas nos chamados "regime semiaberto e aberto".

Melhor ser considerado um "preso" para as estatísticas e estar solto, do que não entrar nas estatísticas mas ter que cumprir algo mais grave.

Nem Franz Kafka teria imaginado situação tão surreal.

"Ah, mas a prisão não resolve", dirá alguém (muitas vezes reproduzindo o que um professor ou influencer - está no modinha - disse).

Ora, em meio ao caos que estamos a viver, devemos ficar a esperar os sonhados indicadores sociais, econômicos, políticos, culturais, astrológicos e visionários que acreditam reduzir o ânimo criminoso das pessoas, deixando diversos autores de crimes perigosos e graves livres simplesmente soltos e a continuar sua vida criminosa, inclusive com a mensagem para jovens e adultos de que o crime compensa?

Para que trabalhar para ter o que é seu se pode roubar de outro? Para que tentar conquistar uma companhia se pode ter o sexo à força? Por que aguardar a Justiça se pode fazê-la com as próprias mãos? Para que respeitar alguém que pense diferente de você se pode calar de forma violenta essa pessoa para sempre? E assim vai..

Aliás, enquanto escrevia esse texto, vi que o ex-tesoureiro de um partido político condenado por crimes de corrupção a uma pena de "24 anos de prisão", teve sua pena extinta em razão de indulto, após cumprir míseros um quinto da pena.

Sim, um quinto da pena e tchau punição.

Ou seja, se pessoas com índoles e condições criminosas quiserem fazer patrimônio ou seja lá a causa e roubar dinheiro público com danos imensuráveis às já deterioradas saúde, educação, segurança, moradia, saneamento básico, meio ambiente, etc, basta roubar muito, mas muito mesmo, e, caso tenha o "azar" de ser descoberto e condenado, aguardar alguns anos, como se fosse um período de investimento da aplicação da grana surrupiada, para assim que sair do período de castigozinho, usufruir (geralmente com os comparsas não pegos) a vida que tem pela frente.

Enquanto isso, o doente no chão do posto de saúde, a senhora levando o filho descalço por alguns quilômetros até a escola para ver se finalmente abriam novas vagas, o pai velando o filho vítima de um assalto por falta de segurança e punição aos criminosos, entre outros, ligarão a TV, e continuarão a escutar que o Brasil prende demais e que este ou aquele criminoso foi condenado a impressionantes 20, 30 ou 40 anos de cadeia.

Chega. A mentira já passou dos limites e só é mantida por quem tem pleno interesse em sua existência, por quem ainda desconhece a natureza humana e ainda acredita nos discursos de certos professores de um mundo acadêmico rousseauiano, ou por quem está sob a catarse promovida pela lábia e escrita atraentes dos mau caracteres que, em verdade, apenas buscam captar mentes para seus projetos pessoais de poder, ego e enriquecimento.

*Fernando Martins Zaupa, promotor de Justiça

Site: <https://politica.estadao.com.br/blogs/fausto-macedo/o-brasil-prende-demais-tenha-vergonha/>

Empresas investigadas poderão fechar contratos

Juiz liberou firmas de limpeza suspeitas de cartel a terem contratos com o poder público

4 VINÍCIUS VALFRÉ
vpereira@redgazeta.com.br

O juiz Mário da Silva Nunes Neto, da 3ª Vara da Fazenda Pública Estadual de Vitória, acolheu parcialmente um pedido de uma das dez empresas que oferecem serviços de limpeza investigadas na Operação Assepsia e liberou todas para serem contratadas pelo poder público enquanto o processo tramita. O magistrado observou que a proibição vinha causando "incontáveis problemas" às gestões das companhias.

As contratações estavam proibidas desde fevereiro, quando o mesmo magistrado determinou a indisponibilidade de R\$ 865,6 milhões das empresas e outras medidas. Elas são suspeitas de praticarem cartel para obter contratos na Secretaria estadual de Educação (Sedu) e em prefeituras.

A decisão mais recente é da última quarta-feira (28) e foi proferida após pedido de reconsideração formulado pela Serdel Serviços e Conservação LTDA, uma das investigadas. O juiz revogou a suspensão de essa empresa ser contratada por Estado e prefeituras e estendeu os efeitos da me-

didada para as demais.

A proibição vinha prejudicando as empresas, conforme o entendimento do magistrado. Ele ressaltou sempre ter se preocupado com o risco de inviabilizar as atividades empresariais. Entre os impactos das proibições apontados pelas firmas, a demissão de funcionários e a perda de receitas.

"A decisão que deferiu parcialmente o pedido de tutela de urgência dever ser revista no que tange à proibição de contratar com o poder público, visto que referida ordem judicial tem, comprovadamente, causado incontá-

veis problemas na gestão de algumas sociedades empresárias demandadas nestes autos", escreveu o juiz de Direito.

AÇÕES

Mário da Silva Nunes Neto é responsável pela ação civil pública movida pelo Ministério Público Estadual (MPES) para apontar as supostas irregularidades das empresas. Há, ainda, uma ação penal que tramita na 8ª Vara Criminal contra os sócios das companhias.

Ao apresentar o pleito à Justiça, a Serdel, por meio do advogado Gustavo Varella Cabral, pontuou que



VITOR JUBINI/ARQUIVO

MPES move ação contra empresas por possível cartel

os efeitos da decisão de fevereiro "vêm se mostrando cada vez mais deletérios em todas as searas de contratação". No setor pú-

blico, havia a proibição expressa de contratação. No privado, a perda é semelhante por causa "da perda de credibilidade".

Novo prazo para morador voltar ao Grand Parc

A previsão é de que até o final de setembro as famílias possam ocupar os 166 apartamentos das três torres, na Enseada do Suá, Vitória

Regina Trindade

Após três anos, a família do empresário Emerson Pacheco, 58 anos, consegue sorrir em frente à entrada do condomínio Grand Parc Residencial Resort, que teve a área de lazer destruída na madrugada de 19 de julho de 2016.

O motivo do sorriso dele, da mulher Angélica, 51, e dos dois filhos, Amanda, 17, e Ivan, 28, é porque as obras estão na fase de finalização, e os 800 moradores poderão voltar para seus apartamentos até o final de setembro. A previsão inicial é de que as famílias voltariam no dia 1.

Na tarde de hoje, os moradores vão receber autorização para entrar nos imóveis e conferir as novi-

dades e melhorias providenciadas pela Cyrela, construtora responsável pelas três torres de alto padrão, localizadas na Enseada do Suá, em Vitória.

A partir de agora eles vão poder entrar nos apartamentos e realizar pequenas reformas, até que estejam autorizados a voltar para morar no local.

De acordo com a construtora, o empreendimento está na fase de obras de finalização e acabamentos. A partir da segunda quinzena de setembro, os moradores dos 166 apartamentos vão poder voltar aos poucos, conforme um cronograma que ainda vai ser divulgado.

O empresário estava no Chile com a família quando recebeu a notícia do desabamento da área de lazer do condomínio.

“Achei que tivesse perdido meu apartamento e voltei imediatamente para Vitória com a minha família”, relatou Emerson.

Para ele, depois de três anos, é um alívio saber que vai poder morar no apartamento que tinha acabado de comprar e mal aproveitou. “Minha família gosta muito daqui,



A FAMÍLIA PACHECO vai voltar ao Grand Parc Resort depois de três anos

da estrutura de lazer e da vista, que é maravilhosa. Estou com saudades dos vizinhos. Quero voltar logo para aproveitar minha casa”.

A mulher de Emerson, a psicóloga Angélica, disse que não teme pela segurança estrutural do prédio porque todo o processo das obras

foi divulgado pela construtora. “Foi feita uma perícia nas torres, tivemos acesso ao laudo técnico. Também tínhamos encontros periódicos para saber como estava a situação. Temos segurança porque temos certeza do que foi feito”, afirmou.

SAIBA MAIS

O condomínio

- > O GRAND PARC RESIDENCIAL RESORT fica localizado na Enseada do Suá, em Vitória.
- > TEM 3 torres com 29 andares cada.
- > 166 apartamentos.

O acidente

- > O DESABAMENTO aconteceu no dia 19 de julho de 2016 na área de lazer.
- > O PORTEIRO Deair das Neves, que tinha 47 anos, morreu no acidente.
- > CINCO PESSOAS ficaram feridas.

As mudanças

- > HOJE RECONSTRUÇÃO da área de lazer, ampliação do salão de festas, além de adega com pub, modernização da fachada, separação das piscinas coberta e descoberta, e inclusão de espaço pet.
- > HOJE, às 13h30, os moradores vão poder visitar os apartamentos.

Engenheiros denunciados

- > OS ENGENHEIROS Alexandre Scola, Carlos Augusto Calmon Nogueira da Gama, Sérgio Luiz Passos de Miranda e Otamar Azeredo Rogério Filho foram denunciados em junho deste ano pelo Ministério Público do Estado (MPE-ES) por negligência e mau uso da formação técnica.
- > A DENÚNCIA foi aceita pelo juiz da 6ª Vara Criminal, Marcelo Loureiro.
- > VÃO responder por “causar desabamento ou desmoronamento, expondo a perigo a vida, a integridade física, ou o patrimônio”. Também são acusados de homicídio culposo.

Fonte: Cyrela e Denúncia do MPE-ES.

Moradores do Grand Parc estão perto de voltar para casa depois de três anos

TAG: GRAND PARC, CONDOMÍNIO, DESABAMENTO DA ÁREA DE LAZER, RETORNO, INDENIZAÇÕES, ACORDO, PODER JUDICIÁRIO, SEGREDO DE JUSTIÇA, PEDREIRO MORTO EM ACIDENTE, CIDADE DE VITÓRIA,

Multimídia:

<http://midia.smi.srv.br/video/2019/08/31/TVGAZETAAGL>

OBOES-19.27.27-19.29.40-1567291177.mp4

Moradores do condomínio Grand Parc vão poder voltar para casa

TAG: GRAND PARC, CONDOMÍNIO,
DESABAMENTO DA ÁREA DE LAZER, RETORNO,
INDENIZAÇÕES, ACORDO, PODER JUDICIÁRIO,
SEGREDO DE JUSTIÇA, PEDREIRO MORTO EM
ACIDENTE, ENGENHEIROS, DENÚNCIA DO
MINISTÉRIO PÚBLICO, CIDADE DE VITÓRIA,

Multimídia:

**[http://midia.smi.srv.br/video/2019/08/31/TVTRIBUNASBT
ES-19.30.20-19.34.11-1567292399.mp4](http://midia.smi.srv.br/video/2019/08/31/TVTRIBUNASBT
ES-19.30.20-19.34.11-1567292399.mp4)**

Reforma do Gran Parc custou R\$ 180 milhões; veja como ficou

Redação Tribuna Online

Você está utilizando um navegador muito antigo ou suas configurações não permitem cookies de terceiros.

Já é assinante?

Assine agora e tenha acesso ao conteúdo exclusivo do Tribuna Online !

Você está utilizando um navegador muito antigo ou suas configurações não permitem cookies de terceiros.

A bandeirinha identifica o conteúdo exclusivo que só você assinante tem acesso!

Escolha a que mais combina com você e OUÇA AGORA.

Confira as melhores promoções do Tribuna Online

R\$ 180 milhões. Esse foi o valor gasto pela construtora e incorporadora Cyrela para reformar e indenizar os proprietários dos apartamentos no condomínio Grand Parc Residencial Resort, que teve a área de lazer destruída em um colapso na madrugada de 19 de julho de 2016. O porteiro Dejair das Neves, que tinha 47 anos, morreu no acidente e cinco pessoas ficaram feridas.

Os moradores poderão entrar no apartamentos a partir deste sábado (31), mas o retorno definitivo só será autorizado no dia 26 de setembro. Cerca de setenta unidades precisarão de reformas internas, pois sofreram intercorrências durante as obras, e a construtora também arcará com essas indenizações.

Apenas cinco, dos 166 proprietários, não assinaram o acordo proposto pela Cyrela, mas a construtora continua pagando o aluguel e todo custeio das despesas deles. A família do porteiro Dejair das Neves aceitou o acordo, mas o valor da indenização não foi divulgado pois o processo tramita em segredo de Justiça. O processo de negociação entre a construtora e os moradores durou cerca de um ano.

Juliano Bello, diretor administrativo da Cyrela, explicou que a reforma não contemplou apenas a área que entrou em colapso, mas 100% do empreendimento. Reforçamos toda a estrutura das três torres e

modernizamos todas as áreas comuns. Hoje, esse é um dos empreendimentos mais seguros do Brasil, garantiu.

José Gama de Christo, que representa os moradores do Gran Parc, está satisfeito com o resultado da reforma. Hoje eu desconheço alguém que não queira volta para cá por achar que não existe uma condição total de segurança. Pode ser por outros motivos, pois três anos se passaram, mas por isso [falta de segurança] não, frisou.

Sobre o indiciamentos dos engenheiros responsáveis pela construção do condomínio, Christo espera que a Justiça seja feita. Deixamos a Justiça decidir, mas queremos que os responsáveis sejam responsabilizados. Essa é a nossa expectativa, frisou.

O condomínio

O Grand Parc Residencial Resort fica localizado na Enseada do Suá, em Vitória. Tem 3 torres com 29 andares cada, totalizando 166 apartamentos. O desabamento aconteceu no dia 19 de julho de 2016 na área de lazer, por volta das 3 horas da madrugada. O porteiro Dejair das Neves, que tinha 47 anos, morreu no acidente. Cinco pessoas ficaram feridas.

Houve reconstrução da área de lazer, ampliação do salão de festas, além de adega com pub, modernização da fachada, separação das piscinas coberta e descoberta, e inclusão de espaço pet. A estrutura das torres também foi reforçada.

Os engenheiros Alexandre Scola, Carlos Augusto Calmon Nogueira da Gama, Sérgio Luiz Passos de Miranda e Otamar Azeredo Rogério Filho foram denunciados em junho deste ano pelo **Ministério Público** do Estado (MPE-ES) por negligência e mau uso da formação técnica. A denúncia foi aceita pelo juiz da 6ª **Vara Criminal**, Marcelo Loureiro. Eles vão responder por "causar desabamento ou desmoronamento, expondo a perigo a vida, a integridade física, ou o patrimônio". Também são acusados de homicídio culposo.

Quer saber como ficou o Gran Parc após a reforma? Confira o vídeo gravado pelo Tribuna Online e também a galeria de fotos dos novos espaços:

Esse é o seu primeiro acesso por aqui, então recomendamos que você altere o seu nome de usuário e senha, para sua maior segurança.

As senhas precisam ser iguais.

A senha precisa ter no mínimo 6 caracteres.

Todos os campos são obrigatórios.

O nome de usuário precisa ter no mínimo 4 caracteres.

Um erro ocorreu ao tentar atualizar seus dados.

Dicas: O nome de usuário deve ter no mínimo 4 caracteres e conter apenas letras e números. A senha deve conter pelo menos 6 caracteres.

Site: <https://tribunaonline.com.br/reforma-do-gran-parc-custou-r-180-milhoes-veja-como-ficou>

Audiências de custódia mantêm 57% dos réus sob prisão preventiva

Quatro anos após as audiências de custódia saírem do papel, a maioria das pessoas ainda é enviada pela Justiça para o cárcere em prisão preventiva. Menos de 1% tem autorização para responder ao processo sem cumprir medidas cautelares.

Em 56% dos casos, a palavra do policial é a única prova de acusação -e há queixas de que relatos de tortura estão sendo negligenciados.

O caso de São Paulo chama a atenção. Em 2017, as prisões preventivas representavam 50% das decisões. Agora, somam 65%. Nenhuma consegue liberdade irrestrita.

Os dados estão no relatório "O fim da liberdade", elaborado pelo IDDD (Instituto de Defesa do Direito de Defesa) em parceria com o **CNJ (Conselho Nacional de Justiça)** e antecipado pela Folha. O material será apresentado no fim da manhã desta quinta (29).

Trata-se do maior levantamento já feito sobre as audiências de custódia no Brasil. Foram acompanhados 2.774 casos de abril a dezembro de 2018, em 13 cidades de nove estados -São Paulo, Alagoas, Bahia, Distrito Federal, Minas Gerais, Pernambuco, Paraná, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul.

As audiências de custódia foram regulamentadas pelo **CNJ** em 2015, em cumprimento ao compromisso assumido pelo país na ratificação do Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos e da Convenção Americana de Direitos Humanos.

Desde então, o encontro entre a pessoa presa e o juiz deve ocorrer em até 24 horas após a comunicação da prisão. É o momento em que o magistrado avalia se a detenção atendeu aos requisitos legais, se a pessoa presa foi vítima de maus-tratos ou tortura e, ainda, se precisa responder ao processo em prisão preventiva -que deve ser a exceção, não a regra.

Na prática, no entanto, 57% das audiências no país ainda resultam em prisão preventiva. O índice chega a 67% nos casos em que o único crime é o tráfico de drogas. Isso acontece mesmo que o tráfico seja um crime sem violência, grave ameaça nem vítimas -fundamentos previstos no Código de Processo Penal para que decisão do tipo seja decretada. Outros

critérios são quando há risco de o acusado fugir, cometer novos crimes ou atrapalhar a instrução probatória.

Hoje, o Brasil possui a terceira maior população carcerária do mundo, com 812 mil detentos, número que cresce 8% ao ano. Cerca de 42% não têm condenação. De forma geral, o sistema é superlotado e dominado por facções criminosas. No fim de julho, a maior rebelião do ano deixou 62 mortos -sendo 16 decapitados- numa unidade prisional em Altamira, no Pará.

Para quem não vai responder ao processo atrás das grades, a imposição de medidas cautelares, como comparecimento em juízo, proibição de ausentar-se da comarca e recolhimento domiciliar noturno, é a regra. Em geral, mais de duas medidas são aplicadas. Só 0,89% consegue liberdade irrestrita.

O relatório considera tal dado alarmante. "O uso recorrente de medidas cautelares, embora seja uma alternativa à prisão e implique menor interferência do Estado na vida do cidadão, passa a ser uma muleta utilizada pelos magistrados", afirma.

O comparecimento periódico em juízo, por exemplo, "desconsidera as dificuldades que pode representar a quem não tem renda fixa e precisa arcar com o ônus do deslocamento até o fórum e com as faltas no trabalho", continua o texto.

O vice-presidente do IDDD, Hugo Leonardo, afirma que as audiências não estão privilegiando princípio de não culpabilidade. "É parte de uma cultura punitivista, que faz com que juízes achem razoável a punição cautelar, descumprindo a Constituição", diz.

Para ele, ao invés de atacar as causas de criminalidade, a Justiça "aumenta o caos nas penitenciárias e as fileiras das facções. É a criminalização da pobreza, que acirra a desigualdade social".

Segundo o presidente da seção do Rio da **OAB** (Ordem dos Advogados do Brasil), Luciano Bandeira, a audiência "não pode ser uma formalidade cumprida de forma burocrática", afirma. "Todos precisam estar envolvidos no espírito da sua finalidade que é a de manter na prisão apenas aqueles que podem produzir

dano efetivo."

Patrícia Alvares Cruz, corregedora do Dipo (Departamento de Inquéritos Policiais), que coordena as audiências de custódia na capital paulista, refuta o argumento. Segundo ela, os magistrados têm respeitado os direitos fundamentais dos réus, como o de se manter em silêncio e o de ampla defesa.

Mas, desde que assumiu e trocou a equipe de 12 juizes, em janeiro de 2018, a prioridade do órgão mudou. "O que existe de diferente é a preocupação com outro direito constitucional e fundamental: o da sociedade de ter garantida a segurança pública. A gente tem que contrabalançar e em cada caso decidir qual direito deve prevalecer", afirma.

Cruz também aponta uma dissonância na compreensão da lei. "O que existe hoje é uma cultura de que o tráfico de drogas é um crime banal. Não é. A lei equipara o tráfico ao crime hediondo. Sem a punição dos traficantes, nunca vamos combater as organizações criminosas", afirma a juíza.

Ela ressalta que neste ano os principais indicadores criminais tiveram queda em São Paulo, como homicídio, latrocínio, roubo e furto de veículos. Segundo a magistrada, o resultado é diretamente ligado ao número de pessoas presas e apreendidas, que cresceu 6% de janeiro a julho, de 98 mil para 103 mil.

Além disso, cabe ao Executivo, e não ao Judiciário, atentar à superlotação no sistema penitenciário, diz.

TORTURA E ALGEMA

Segundo o relatório do IDDD, o ambiente das audiências de custódia não favorece denúncias de violência ocorridas durante a prisão.

Isso porque 83% das pessoas estavam algemadas durante o cara a cara com o juiz no período analisado. No Sudeste e Centro-Oeste, o uso é um padrão. Além disso, na quase totalidade (96%) dos casos havia agentes de segurança na sala -em algumas cidades, a presença chegava a quatro policiais.

De acordo com a Súmula Vinculante 11 do **STF** (Supremo Tribunal Federal), o uso de algemas é excepcional e lícito só em casos "de resistência e fundado receio de fuga ou perigo à integridade física própria ou alheia".

O número de agentes e o porte explícito de armamentos, diz o texto, "têm o efeito óbvio de intimidar eventuais vítimas".

A corregedora do Dipo afirma que, na prática, o aparato de segurança existe porque é difícil analisar um risco de fuga. "O juiz anuncia se vão ficar presos ou soltos e muitas vezes os autuados ficam revoltados, xingam. Se a gente não tiver ele algemado e escoltado por um policial, ele vai sair pela porta e vai embora."

Ela contabiliza de 100 a 150 réus ouvidos por dia no Fórum Criminal da Barra Funda, na região central da capital paulista, e 19 PMs destacados para acompanhá-los.

Os números do relatório expõem ainda pouco interesse em saber de ocorrência de tortura no momento da prisão e de dar encaminhamento aos relatos. Os pesquisadores anotaram que 13% das pessoas não foram indagadas sobre violência policial. Entre os que foram, 26% responderam que sim, haviam sofrido agressões, sendo a Polícia Militar apontada como agressora em 76% dos casos.

A ocorrência de violência que caracterize tortura e outros tratamentos cruéis, desumanos ou degradantes torna o flagrante ilegal. Ainda assim, o juiz só relaxou o flagrante em 2% das audiências, ou 56 em números brutos. Entre os quase 3.000 casos analisados, em apenas cinco o relato de violência da pessoa custodiada embasou o relaxamento.

Mesmo com o relato, o **Ministério Público** não pediu encaminhamento da denúncia em 74% dos casos. Em menos de 1% houve determinação de instaurar um inquérito policial.

O relatório mostra ainda que o testemunho do policial que efetuou a prisão é a única prova de acusação em 56% dos casos. Esse índice sobe para 90% nos casos de tráfico de drogas.

Nem todos os estados seguem à risca a resolução do **CNJ**.

Em cidades como Rio e Porto Alegre, o encontro da pessoa presa com a autoridade judicial acontece no presídio, e não no fórum. Na capital do RS a primeira análise acontece com base em documentos (autos de prisão em flagrante e boletins de ocorrência) e só se encontra com o juiz quem já teve a prisão preventiva decretada.

Em Brasília, Belo Horizonte, Rio, Recife, Olinda e São Paulo há espaço reservado para a conversa entre presos e defensores -nos demais locais pesquisados, não.

O documento afirma que quase 70% dos casos envolvem crimes não violentos e mostra o perfil

predominante entre os custodiados, que espelha o retrato da população prisional brasileira. Homens são 91%, e dois em cada três deles têm até 29 anos. Os negros também são a maior parte (64%).

Site:

https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=48868&_mather=28212045aa0b1808&anchor=6127736&pd=4c60db4ccaba5bed198a55e5a54a2608

O fim do Direito: novas tecnologias, algoritmos e o fator Olaf

Por Rafael Fonseca Ferreira

Na última aula e, de maneira recorrente, nos últimos encontros, o tema da inteligência artificial "aliado" ao Direito tem sido discutido a partir de diversas notícias que parecem assombrar os alunos e muitos profissionais do Direito. Notadamente, isso é reflexo do próprio interconectado mundo tecnológico -muitas informações, muitas notícias, muitas descobertas, muitos experimentos, muitas transformações (hiperconexão)- em todas as dimensões.

A tecnologia certamente, ao menos em parte, é responsável pelo desenvolvimento civilizacional contemporâneo e o fetiche que a acompanha, por parte de quem pesquisa e desenvolve, em regra, mais do que a facilitação da vida cotidiana é a superação/substituição da racionalidade humana. Daí porque, numa reflexão mais profunda (ética) sobre onde vamos chegar e se sabemos o que lá vamos encontrar, me remete, de maneira metafórica (os filmes infantis são ótimos para isso...), ao que vou aqui chamar de fator Olaf. Olaf é um personagem de Frozen, de Walt Disney.

É um boneco de gelo, criado por Elsa e que, num aparente paradoxo, tem ele o sonho de "encontrar" o verão... Olaf, após cantarolar seu desejo... é curiosamente interpelado pelo outro personagem: Qual sua experiência com o verão?... e Olaf, todo serelepe, responde: Nenhuma?! Daí então o outro personagem, espantado com sua ingenuidade, comenta com os demais: ...ele precisa saber... alguém conta para ele ou eu conto?!

Portanto, o fator Olaf é uma metáfora que, neste texto, pode orientar uma crítica ética no sentido de que a tecnologização do mundo e também do/no direito: estamos dispostos a pagar o preço de modificação/substituição da racionalidade humana e suas contingências naturais pela inteligência artificial? E, naquilo que costumamos a nos debruçar em sala de aula, o Direito está pronto para os efeitos colaterais da inteligência artificial? Aqui neste mesmo espaço (Jurisdição 4.0 e inteligência artificial exegética: os novos códigos) já indiquei que a massa de bacharéis - os não aprovados no exame de ordem, os outros tantos que, aprovados no exame de ordem, não vivem do direito, outros, ainda, por questão de mercado ou por não terem sido aprovados em concurso, e até

mesmo aqueles que o foram, seremos todos derretidos pelo desejado verão (noooo verããããã, como cantarolou Olaf...).

Tenho dúvidas ou, talvez apontamentos empíricos, para questionar se a tecnologização e nela, a inteligência artificial, é inclusiva. Noutras palavras, se essa condição pós-moderna é incluyente ou excluyente. A provocação é própria porque existe um salto de pesquisa que precisa ser discutido: estamos a falar apenas de uma dimensão técnica não-intencional ou esse processo tecnológico (IA) requer uma reflexão sobre sua intencionalidade e o impacto na dimensão humana-social? Não são raras as afirmações (e estudos) de que a tecnologia, de um lado, acirrou o individualismo, o sectarismo, as doenças psicológicas, os conflitos humanos e ambientais, a divisão política e influenciou processos eleitorais etc., embora, também, de outro lado, facilitou o acesso a informação, reconfigurou as relações de tempo-espaco, otimizou processos produtivos e desenvolveu novas formas de comunicação. Assistam o excelente episódio do Programa Direito e Literatura mediado por Lenio Streck, com a participação de outros professores, sobre Direito e Novas Tecnologias.

Observado com o necessário cuidado, diversos desses processos, qualifiquemos eles como positivos ou negativos, em maior ou menor grau, fato é que, hoje, o debate transcende a instrumentalidade técnica e neutral da tecnologia. Não é por menos que a necessidade de desenvolvimento de "contra-tecnologias" ou "contra-intencionalidades" tem a finalidade de proteger dados, privacidade, segurança nacional, disseminação de informações falsas dentre outros tantos exemplos. Jacques Ellul[1], referia que a tecnologia estava acompanhada de determinadas técnicas racionalmente calculadas, de modo que a técnica se tornou o novo e específico meio social no qual o homem passou a existir, substituído o antigo meio social, o da natureza. Numa visão mais contemporânea, não se trata de uma crítica à ciência ou sua transcendência, mas trazer-à-luz que as tecnologias não são neutras, são influenciadas por interesses e processos públicos, como destaca, há muito, Feenberg[i] e que, por isso, podem/devem ser democraticamente construídas e controladas. Enfim, sob diversas perspectivas a técnica, a "techné" e a tecnologia no processo histórico-social foram e estão sendo discutidas (Heidegger, Marcuse, Habermas,

Mundford, Ihde, Franssen, Cupani, Dusek entre outros) sob o ângulo da ética e/ou da democracia.

A partir do/no Direito, como diz Streck, a naturalização da tecnologia como racionalidade - uma espécie de existencial virtual-artificial - nos encaminha para um processo de desumanização ou dessensibilização da vida e do cotidiano. Daí porque as insatisfações muito contemporâneas com a política, a democracia e com o direito são em grande medida um recado de modificação (intencional, penso eu) do modo existencial natural da humanidade, a qual não está mais à vontade no seu habitat. Pré-ocupar-se é uma questão de sobrevivência, é da dimensão humano-cognitiva do processo (existencial).

No direito, situado nas ciências sociais, padecerão, o direito e todos os seus atores, padecerá a Constituição e suas garantias, que não combinam com a aceleração tecnologia, padecerá a sociedade de países de modernidade tardia, pois não conseguem se adaptar ao "novo-velho" meio, sem ser subservientemente dominados. Se Ministro Presidente do **STF** defende "desidratar" a Constituição, caminhamos mal. Ora, no direito nem bem experimentamos uma década dos prometidos "efeitos positivos do processo eletrônico" e já estamos num salto quântico em direção modificação da essência da prestação jurisdicional (jurisdição 4.0 - algorítmica) e como também da própria advocacia (Streck - Distopia: os algoritmos e o fim dos advogados: kill all the lawyers!). Como diz o Gato de Alice no país das maravilhas... quando não se sabe para aonde vai, qualquer caminho serve.

Se os softwares são mais capazes de produzir segurança jurídica e previsibilidade do que aquele (ser humano) que pensou a própria segurança jurídica e a previsibilidade como garantias democráticas é porque fracassamos. Então, se é verdade que conhecimento é poder, os novos donos do Poder, no Direito, serão os donos dos dados, como disse Streck no episódio daquele programa. Predados pela predição artificial (la bouche l'algorithmme, como eu já disse noutra coluna) se revela aí o fator Olaf, da prescindibilidade da dimensão criativa e interpretativa do ser humano - típica das ciências humanas aplicadas -, um alto preço civilizacional.

Site: <http://www.conjur.com.br/2019-ago-31/fim-direito-novas-tecnologias-algoritmos-fator-olaf>

Decisão final no projeto de abuso de autoridade

Tag: Jair Bolsonaro, STF, Partido Novo, Câmara dos deputados

Multimídia:

<http://midia.smi.srv.br/video/2019/08/31/TVBANDNEWSNACIONAL-16.13.47-16.15.31-1567299518.mp4>

Retratos da violência contra mulher

RETRATO, VIOLÊNCIA, CONTRA MULHER, POLÍCIA MILITAR, CARIACICA, MPES, CIDADE DE VITÓRIA, DELEGADA, CLÁUDIA DEMATTÉ, NA SERRA, FEMINICÍDIO, POLÍCIA CIVIL, LEI MARIA DA PENHA,

Multimídia:

<http://midia.smi.srv.br/video/2019/08/31/TVVITRIARECOR>

DES-12.42.32-12.58.25-1567267520.mp4

São Mateus: Adolescentes que cumprem medida socioeducativa terão qualificação profissional

O Projeto

Além da Medida, que visa garantir qualificação profissional para adolescentes

em cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto no município de São

Mateus, foi lançado esta semana, na sede do Serviço Nacional de Aprendizagem

Industrial (Senai), com a presença do juiz substituto da Vara da Infância e da

Juventude da Comarca, Antonio Moreira Fernandes, da procuradora do Ministério

Público do Trabalho, Thaís Borges da Silva, do gerente da unidade Centro

Integrado Senai, Carlos Eduardo de Jesus Moreira, e dos adolescentes

acompanhados de seus responsáveis.

Também

estiveram presentes: a secretária municipal de Assistência Social, Marinalva

Boedel Machado, a coordenadora do Centro de Referência Especializado de

Assistência Social (Creas), Carla Cardoso Ribeiro, o assessor jurídico do

Creas, Geovalti Lopes de Freitas, a coordenadora do programa Katia Quaresma

Borges, o Comissário da Infância e Juventude de São Mateus, Jorge Barbosa

Viana, e a diretora escolar Alessia de Almeida Toscano. A cerimônia aconteceu

no último dia 26.

O juiz

substituto Antonio Moreira Fernandes, da **Vara da Infância e da Juventude** da

Comarca, parabenizou a todos pela iniciativa e destacou a importância da

decisão daqueles em aderir ao programa como forma de construção de um novo

futuro, por meio de capacitação e auxílio a entrar no mercado de trabalho.

Destacou, ainda, que este é o momento da mudança e que o primeiro passo já foi

dado por aqueles que se dispuseram a participar do curso ofertado.

A

procuradora do Trabalho, Thaís Borges da Silva, destacou que "a implementação

do Projeto Além da Medida significa o cumprimento, pelo Estado, do seu dever de

garantir aos adolescentes seu direito de profissionalização, providencia esta

que pode servir como transformação de vida para esses adolescentes. 'O

conhecimento é transformador!'. É esse então um projeto que visa dar um novo

projeto de vida, uma nova perspectiva de futuro para os adolescentes em

cumprimento de medida socioeducativa."

As bolsas

profissionalizantes são provenientes de recursos da Procuradoria do Trabalho de

São Mateus, assim como são todos os itens necessários para a realização do

curso, como uniforme, material didático, insumos, lanches diários, equipamentos

de proteção individual, material de consumo para utilização do curso e, para

aqueles que tiverem frequência acima de 75%, bolsa de 20 reais por dia.

A primeira

turma, formada por 20 adolescentes, realizará o curso técnico em eletricista de

automóveis, com carga horária de 160 horas. Os estudantes serão submetidos aos

conteúdos curriculares específicos sobre atividade da área automotiva. As aulas

terão início no dia 16 de setembro, na sede do Senai, e os alunos serão

acompanhados pelo instrutor Fábio César Magalhães.

Site:

http://www.es24horas.com.br/noticia/3654/So_Mateus_A_adolescentes_que_cumprem_medida_socioeducativa_ter_o_qualificao_profissional.html